

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE ARTES E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

Larissa Julia Paludo

INVESTIGATIVO E LITERÁRIO:
O HIBRIDISMO DE GÊNEROS JORNALÍSTICOS EM
“O HOLOCAUSTO BRASILEIRO”

Passo Fundo

2017

Larissa Julia Paludo

INVESTIGATIVO E LITERÁRIO:
O HIBRIDISMO DE GÊNEROS JORNALÍSTICOS EM
“O HOLOCAUSTO BRASILEIRO”

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, sob a orientação da Ms. Maria Joana Chiodelli Chaise.

Passo Fundo

2017

Larissa Julia Paludo

**Investigativo e literário: o hibridismo de gêneros jornalísticos em
“O Holocausto Brasileiro”**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, sob a orientação da Ms. Maria Joana Chiodelli Chaise.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Ms Maria Joana Chiodelli Chaise - UPF

Prof. _____ - _____

Prof. _____ - _____

Aos meus pais, Teresinha Paludo e Sidnei Paulo Paludo, pela vida, pela educação e, sobretudo, por ter tornado essa graduação possível. Eu amo vocês!

Minha maior gratidão é aos meus genitores, pela dedicação incansável e amor incondicional. Logo após, agradeço minha terapeuta Silvia Bonatto por ter me ajudado a reencontrar a fé, também pelo ouvido atento, por sempre me incentivar e pelas boas energias compartilhadas. Agradeço imensamente minha orientadora, Ms Maria Joana Chiodelli Chaise, pela paciência, pelas horas de conversa e boas reflexões que contribuíram de maneira significativa para minha formação. Aqui, estendo o 'muito obrigada' a todos os professores do curso de jornalismo por compartilhar o conhecimento. A todos meus amigos que durante esses quase quatro anos estiveram presentes nos momentos bons e ruins. Uns partiram, outros chegaram, alguns permaneceram. Um agradecimento especial ao Daniel Rohrig pela paciência, reciprocidade e cumplicidade de sempre. Sou muito grata por compartilharmos a vida e a rotina. Ao Matheus Colombo pela ajuda, pelas infinitas horas de debates, desconstruções, lamentações e parceria. Um baita ombro amigo de um ser humano que tem um coração do tamanho do mundo. Agradeço aos colegas dos três estágios que passei durante minha jornada acadêmica. Em especial a Midiely Pamela Pereira - desculpa denunciar teu nome do meio - por me ensinar a falar no telefone e organizar tabelas e logísticas de trabalho. Você foi muito importante. Aos colegas do Jornal Bom Dia, de Erechim, por acreditar em mim. Em especial a jornalista Najaska Martins, minha 'madrinha', por todas noções práticas de jornalismo, de direitos humanos, de séries, memes e regras de ortografia. Na minha terceira experiência profissional, no jornal O Nacional, agradeço a jornalista Zulmara Colussi pela oportunidade e pelo conhecimento que dividiu comigo. Vocês acrescentaram na minha formação!

Se a liberdade significa alguma coisa, será, sobretudo, o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir.

George Orwell.

Poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e canalhas, todas as criaturas desta indomável realidade, temos pedido muito pouco da imaginação, porque nosso problema crucial tem sido a falta de meios concretos para tornar nossas vidas mais reais. Este, meus amigos, é o cerne da nossa solidão.

Gabriel Garcia Márquez.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo compreender a relação entre os gêneros jornalísticos literário e investigativo no livro-reportagem “O Holocausto Brasileiro”. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, com a composição de duas categorias de análise: uma de jornalismo investigativo e a outra de jornalismo literário. Para construí-las, foram utilizados conceitos propostos pelos autores Pena (2016), Lima (2017), Nascimento (2010), Fortes (2005), Sequeira (2005), entre outros. Como resultado, a análise constatou que existe uma confluência entre os dois gêneros no livro-reportagem, o que demonstra um hibridismo talvez relativo à linguagem do literário que contém elementos do investigativo. A pesquisa constatou uma relação inevitável, de modo que um gênero não existe sem o outro.

Palavras-chave: Daniela Arbex. Gêneros jornalísticos. Jornalismo literário. Jornalismo investigativo. O Holocausto Brasileiro.

ABSTRACT

This work of course completion aimed to understand the relationship between literary and investigative journalistic genres in the book-report called “O Holocausto Brasileiro”. The methodology was the analysis of content with the composition of two categories of analysis: one investigative journalism and the other literary journalism. In order to construct them, authors Pena (2016), Lima (2017), Nascimento (2010), Fortes (2005), Sequeira (2005) and others were used. As a result, the analysis found that there is a confluence between the two genres in the book-report. Which demonstrates a hybridism perhaps relative to the language of the literary that contain elements of the investigation. The research found an inevitable relationship, so that one genres does not exist without the other.

Keywords: Daniela Arbex. Investigative journalism. Journalistic genres. New Journalism. O Holocausto Brasileiro.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O HOLOCAUSTO BRASILEIRO	12
2.1. O livro	13
3. GÊNEROS JORNALÍSTICOS.....	17
3.1. Discussão acerca dos gêneros	17
3.3. Jornalismo interpretativo, analítico.....	20
4. JORNALISMO LITERÁRIO	22
4.1. Características do gênero diversional.....	23
4.2. New journalism	24
4.3. Livro-reportagem	26
4.4. Jornalismo e literatura: o hibridismo	27
4.5. Conceituação do jornalismo literário.....	30
5. JORNALISMO INVESTIGATIVO	32
5.1. Características do Gênero interpretativo	33
5.2. Todo jornalismo é investigativo?.....	34
5.3. O que é jornalismo investigativo?	36
6. METODOLOGIA	38
6.1. Categorias de análise	39
6.2. Amostragem	41
7. ANÁLISE.....	42
7.1. Capítulo I – O pavilhão Afonso Pena.....	42
7.2. Capítulo II – Na roda da loucura	47
7.3. Capítulo IV – A venda de cadáveres	50
7.4. Capítulo XIV – A herança do Colônia.....	53
7.5. Síntese da análise	59
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65

1. INTRODUÇÃO

Superman é jornalista. Jornalista não é Superman. Ao ingressar na universidade, grande parte dos calouros de jornalismo querem salvar o mundo. Essa ideia utópica é tão nobre quanto ingênua. Foi ela que me trouxe para dentro do curso, em 2014. Pelo menos era o que eu pensava naquele ano. Hoje vejo que a fome insaciável pelo conhecimento e a curiosidade, algumas vezes constrangedora, me inseriram no mundo da comunicação. O gosto pela leitura eu já tinha desde Jack Kerouac e Charles Bukowski, que tomaram grande tempo da minha adolescência. Ao longo da jornada, com os conteúdos absorvidos e as reflexões propostas, eu fui apresentada ao que me faria morrer de amores pela profissão: o jornalismo literário. A união da literatura e do jornalismo, de maneira a expandir a visão sobre determinado assunto ou contexto social, esteve entre as protagonistas da minha formação.

Um livro em especial, me impactou: “O Holocausto Brasileiro” (2013), da jornalista mineira Daniela Arbex. A autora narra toda barbárie ocorrida no Hospital Colônia, em Barbacena, Minas Gerais. A instituição psiquiátrica funcionava como um depósito humano. Recebia todo tipo de pessoas, sendo que em 70% das entradas os pacientes não possuíam diagnóstico de doença mental (ARBEX apud BRUM, 2013, p. 14). O local foi palco de negligência, abusos, uso imoderado do eletrochoque, internações de minorias cujas identidades eram arrancadas e aproximadamente 60 mil mortes foram registradas nas dependências da instituição. Os fatos ocorridos no manicômio são narrados por Arbex (2013) a partir de um trabalho de extensa apuração e investigação realizado pela jornalista com os personagens sobreviventes e seus familiares. Ter contato com essa realidade foi essencial tanto pelo lado humano quanto pelo técnico em jornalismo. O objeto da minha monografia não poderia ser outro.

Por outro lado, as classificações de gênero e definições de jornalismo literário e investigativo causavam muitas dúvidas. Ora gêneros pouco estudados, ora gêneros pauta de muitas discussões e divergências. Ainda, gêneros redundantes em termos de características. Foi impulsionada por essas inquietações que desenvolvi meu projeto e, por consequente, esta pesquisa. Ao refletir sobre a relevância de entender, questionar e criar novos conhecimentos acerca dos gêneros jornalísticos, sobretudo em uma era digital e instantânea, justifico minha escolha. É a partir da produção científica e da importância de caracterizar os gêneros

jornalísticos que os alunos aprendem a base da profissão, para depois questioná-la e dar gás ao ciclo do conhecimento científico.

Neste contexto, o problema de pesquisa se norteia pela seguinte questão: qual é a relação de gêneros entre o jornalismo literário e o jornalismo investigativo no livro “O Holocausto Brasileiro”? O objetivo geral é compreender as relações entre jornalismo literário e jornalismo investigativo no livro-reportagem “O Holocausto Brasileiro”. Para isso, a pesquisa tem como objetivos específicos a descrição minuciosa do livro “O Holocausto Brasileiro”, o aprofundamento bibliográfico acerca dos gêneros jornalísticos, a categorização do jornalismo literário e a classificação do jornalismo investigativo. Os assuntos, separados por capítulos, compõem a revisão bibliográfica.

No primeiro capítulo, o livro de Arbex (2013) é dissecado. São abordadas histórias e dados que a jornalista apresenta, bem como entrevistas e matérias complementares que ajudam a compreender o universo de apuração e elaboração do livro-reportagem. No segundo capítulo são vistos os gêneros jornalísticos, que começam a partir das referências de Melo (1994) e Chaparro (2008), com o paradigma que se observa a partir da categorização. São abordados também os gêneros diversional e interpretativo, no âmbito histórico. O capítulo seguinte fala sobre o jornalismo literário, um conceito que mais parece uma lula cheia de tentáculos e tenta abranger vários momentos em si como o *New Journalism*, o livro-reportagem e a união da literatura e do jornalismo. Quem conceitua o literário é Pena (2016), Necchi (2017), Lima (1995), Bulhões (2007) e Borges (2003). Neste capítulo também é vista a relação entre o jornalismo literário e o gênero diversional, proposto por Melo (1994). Por fim, no quarto capítulo, são aprofundadas as características do jornalismo investigativo e as dúvidas que cercam o conceito. Fortes (2005), Sequeira (2005), Nascimento (2010) e Dines (1986) auxiliam neste trabalho.

A análise toma como norte a metodologia de análise de conteúdo, a partir do entendimento de Bardin (2016). Os autores estudados nos capítulos anteriores servem como referências na formatação das categorias propostas para a análise.

2. O HOLOCAUSTO BRASILEIRO

Sônia Maria da Costa era mais um nome entre os invisíveis. Como ou porque chegou ao mineiro Hospital Colônia não se sabe. Teve sua data e local de nascimento inventados na ficha de paciente. Foi vítima de eletrochoque e agressões físicas. Respondeu aos maus tratos com violência e ficou trancada em uma pequena cela. As barbáries sofridas por Sônia são contadas na narrativa jornalística com aspectos literários pela jornalista Daniela Arbex, no livro-reportagem “O Holocausto Brasileiro” (2013), como quando era “deixada sem água, muitas vezes, ela bebia a própria urina para matar a sede. Tomava banho de mergulho na banheira com fezes, uma espécie de castigo imposto a pessoas que, como Sônia, não se enquadravam às regras” (ARBEX, 2013, p.51).

Antônio Gomes da Silva também nem sabe ao certo o porquê de ter ido parar em uma instituição psiquiátrica, no século XX. O alcoolismo o levou para caminhos de desemprego e em seguida para a prisão. Do cárcere, o delegado o mandou para o Colônia. No manicômio, ele foi batizado de Cabo e por muito tempo não abriu a boca para trocar uma prosa, já que ninguém nunca o perguntou se ele falava. Antônio, que durante muito tempo teve sua identidade e dignidade humana negadas, era um dos tantos personagens anônimos que foram protagonistas de um dos maiores genocídios da história brasileira. Mas diferente de Cabo, que chegou em uma viatura policial, a maioria dos pacientes chegavam nos ditos “trens de loucos”. Essas pessoas vinham de diversos cantos do Brasil e tinham em comum, além do destino – a estação Bias Fortes, última parada da viagem –, o futuro: virariam “deserdados sociais” (ARBEX, 2013, p. 26–33).

Esses pacientes que chegavam em trens, eram, muitas vezes, moradores de rua que não tinham nem nome, nem documento (Documentário Holocausto Brasileiro, 2016). No documentário *O Holocausto Brasileiro* (2016), produzido pela HBO, uma das ex-funcionárias da instituição, Walkiria Monteiro, define a instituição como “depósito de pessoas”. Negligência e eletrochoque. Esse era o contexto do que acontecia nas dependências do Hospital Colônia, em Barbacena, no século XX. A instituição psiquiátrica mineira, que em sua época de maior lotação registrava 16 mortes diárias, se transformou em um comércio rentável de venda de cadáveres e ícone de violação dos direitos humanos no Brasil (ARBEX, 2013, p. 14-76). Mais de 2 mil cadáveres foram vendidos para 17 faculdades de medicina, de diversos estados brasileiros, entre o período de 1969 e 1980 (ARBEX, 2013, p. 76). No inverno, devido às más

condições em que eram submetidos os pacientes, aumentava significativamente o número de mortos e, conseqüentemente, a oferta às instituições de ensino.

Quando o mercado de venda de cadáveres ficou saturado e as faculdades começaram a refugá-los, os corpos dos mortos “eram decompostos em ácidos, na frente dos pacientes, dentro de tonéis que ficavam no pátio do Colônia. O objetivo, além de intimidar, era que as ossadas pudessem ser comercializadas” (ARBEX, 2013, p. 78). O comércio de corpos era apenas uma parte. As pessoas que para o Colônia eram levadas passavam fome, frio, constrangimento. Andavam peladas. Dormiam no chão, ou em feno. Não recebiam visitas. Por fim, mais de 70% dos pacientes nem sequer era diagnosticado como portador de distúrbio psicológico (ARBEX, 2013, p. 14).

2.1.O livro

O resgate dessas memórias foi a pauta que inspirou a jornalista Daniela Arbex a escrever o livro “O Holocausto Brasileiro” (2013). Tudo começou em 2009, quando Daniela teve acesso às fotografias de Luiz Alfredo¹sobre pessoas que sofriam maus tratos no hospital. O impacto das imagens fez a jornalista relacionar o que acontecia na instituição psiquiátrica com os campos de concentração nazistas, na Segunda Guerra Mundial (DOLCE, 2017). A jornalista escreveu uma série de reportagens sobre o maior manicômio do Brasil para o jornal A Tribuna de Minas, em 2012, onde trabalhava. A série foi agraciada com o Prêmio Esso (DOLCE, 2017).

Para elaboração do livro reportagem, Daniela Arbex precisou viajar muito em busca das histórias de seus personagens. Ela esclareceu, em entrevista à Revista ComArte² (2017), que durante um ano, ia todos os fins de semana para Barbacena. Trabalhava de segunda a sexta-feira em Belo Horizonte e nas sextas à noite ia até Barbacena, onde permanecia até segundas de manhã.

Lançado em 2013, o livro-reportagem é dividido em 14 capítulos além do prefácio, escrito por Eliane Brum. "O pavilhão Afonso Pena", é o capítulo I. Nele são abordados os números estatísticos, no qual constam 70 mil mortes nas dependências do Colônia (ARBEX, 2013, p. 26). Ainda traz a experiência de trabalho de Marlene Laureano, os trens que levavam os

¹O fotógrafo publicou em 1961 uma série de imagens do Hospital Colônia na revista O Cruzeiro.

² Disponível em <http://nexjor.com.br/comarte/entrevista-com-daniela-arbex/>.

“loucos” para a instituição e os primeiros procedimentos aplicados depois que as pessoas chegavam ao Colônia. Nesse primeiro capítulo é contado como os personagens dessa tragédia iam parar na instituição. Havia alcoolistas, prostitutas, filhas de fazendeiros que haviam perdido a virgindade antes do casamento, entre outros. No geral, pessoas que “adotavam um comportamento considerado inadequado para um Brasil, à época, dominado por coronéis e latifundiários” (ARBEX, 2013, p. 30). Também são contadas as histórias de Antônio Gomes da Silva, paciente, e de alguns funcionários, como Geraldo Magela Franco e Francisca Moreira dos Reis, que recordam os procedimentos de eletrochoque, que nem sempre possuíam finalidade terapêutica. Em um teste para emprego no setor de enfermagem do hospital, os candidatos precisavam aplicar choques em pacientes cobaias. Um deles não resistiu ao eletrochoque (ARBEX, 2013, p.21-43).

A linguagem utilizada por Daniela Arbex - no livro - abusa de metáforas e de outras características marcadamente literárias, como a narrativa contada em forma de romance, quando, por exemplo, vai abordar a fome que os pacientes passavam nas dependências da instituição, já no capítulo II, denominado "Na roda da loucura". “Fome e sede eram sensações permanentes no local onde o esgoto que cortava os pavilhões era fonte de água. Nem todos tinham estômago para se alimentarem de bichos, mas os anos no Colônia consumiam os últimos vestígios de humanidade” (ARBEX, 2013, p. 47).

A fome e as condições não dignas a que eram submetidos esses pacientes não poderiam ser notadas pelo olhar de uma criança. Luiz Felipe Carneiro, hoje médico, nasceu e cresceu no Hospital Colônia. Não poderia entender que aqueles pacientes muitas vezes eram submetidos a trabalho escravo. Também não compreenderia a dimensão do horror que era ver pacientes enterrando seus pares, como indigentes, em covas rasas. Luiz foi "O único homem que amou o Colônia", título do capítulo III.

Parte dos 70 mil corpos não está no Cemitério da Paz, mas nas faculdades de medicina de diversos estados brasileiros. Houve um período, entre as mais de cinco décadas de existência do Colônia, em que a morte dos pacientes era sinônimo de dinheiro no bolso. Esse recorte da história está no capítulo IV, em "A venda de cadáveres". O capítulo que segue é "Os meninos de Oliveira". O Hospital de Neuropsiquiatria Infantil, localizado no município de Oliveira, também faz parte da história do Colônia. A instituição, que recebia crianças, era palco de estupros e, quando fechou as portas, mandou inocentes como Elza Maria do Carmo para Barbacena. Lá, os maus tratos sofridos pelas crianças eram semelhantes aos que os adultos

enfrentavam. Algumas nem chegavam à maioridade ou eram submetidas a cirurgias de lobotomia³.

Quando a instituição de Oliveira fechou, 33 crianças foram enviadas para Barbacena. Destas, apenas seis estavam vivas à época de apuração para a elaboração do livro. Destes, apenas um deles conseguiu atingir um pouco mais de independência. Antônio Martins Ramos, mais conhecido como Tonho, quando chegou no manicômio, assim como os demais meninos, não sabia nem usar o banheiro direito. Em 2011, ele completou meio século de vida (ARBEX, 2013, p. 103-113).

“Uma mãe nunca se esquece da filha, mesmo quando não está mais com ela- repetia Sueli, por anos a fio. A mulher impedida de ser mãe também não conseguiu ser filha” (ARBEX, 2013, p. 124). Sueli, uma das filhas de Oliveira, pariu uma filha do Colônia. Por conta dos ataques de epilepsia que tinha, Sueli foi afastada e não pode conviver com os pais. Já aos oito anos deu entrada na instituição psiquiátrica. De lá, foi para Barbacena. No novo lar, permaneceu até 2006, quando faleceu. Neste período, teve uma filha com outro paciente do hospício. Porém, alguns dias após o parto, a menina foi retirada de seus braços. Era Débora, que teve sua verdadeira origem escondida durante muito tempo. Quando a filha de Sueli soube a verdade, já era tarde demais, pois a mãe já havia falecido há um ano. Ao menos, o que restou para "A filha da menina de Oliveira" – capítulo VII da obra – foi o consolo de saber que sua mãe não esqueceu por nenhum ano de seu aniversário e que sempre chamava por Débora (ARBEX, 2013, p. 117-127).

As instituições também impediram o encontro de Luiz Pereira de Melo, o Luizinho, que foi encaminhado para o manicômio apenas por ser tímido, sem diagnóstico comprovado. Desde aquele dia, nunca mais viu o rosto de sua mãe. No capítulo VIII, "Sobrevivendo ao Holocausto", também há um final feliz. Os dois institucionalizados, que somam juntos mais de 60 anos de acolhimento, Adelino Ferreira Rodrigues e Nilta Pires Chaves se casaram e a união é relatada pela autora (ARBEX, 2013, p. 131-141).

Responsável por muitos afastamentos, o Colônia conseguiu afastar João Bosco Siqueira e sua mãe Geralda por algumas décadas, mas não para sempre. Obrigada a trabalhar desde os tempos de menina, a mulher foi mandada para Barbacena quando engravidou, em decorrência de um estupro cometido pelo seu patrão à época. Sem diagnóstico algum de loucura, Geralda

³Intervenção cirúrgica realizada no cérebro. No passado, o procedimento era utilizado pela psiquiatria em casos graves de esquizofrenia.

pode sair da instituição, mas ela arrancou João Bosco de seu convívio. O menino passou por orfanatos e pela Febem⁴, antes de tornar-se bombeiro. O encontro entre eles somente aconteceu décadas depois, promovido pelos colegas de farda de João. É o "Encontro, desencontro, reencontro". Título do capítulo IX (ARBEX, 2013, p. 145-165). "A história por trás da história", capítulo que segue, traz a história do fotógrafo Luiz Alfredo, na época profissional ligado à revista O Cruzeiro, autor dos registros do Hospital Colônia, que constam do livro de Daniela. Já no capítulo XI, "Turismo com Foucault", a história do psiquiatra Ronaldo Simões, que teve influências ideológicas do filósofo francês Michel Foucault e foi um dos médicos a denunciar o horror que acontecia nos pavilhões do hospital mineiro. Ele foi perseguido entre seus pares. O texto relata que somente anos mais tarde, no fim da década de 1970 começaram a se solidificar os movimentos em prol da reforma psiquiátrica (ARBEX, 2013, p. 195-219).

Os protestantes obtiveram um de seus êxitos na causa em 1990, quando o deputado Paulo Delgado conseguiu aprovar, no Congresso, a primeira lei de desospitalização. Porém, a comunidade ainda teve de esperar por avanços, já que foi apenas em 2001 a sanção da Lei Federal 10.216, que prevê "a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental". Os trâmites para aprovação são descritos no capítulo XII, denominado "A luta entre o velho e o novo".

A partir da década de 1980, os primeiros passos para mudança dentro do hospital foram dados. Uma dessas mudanças foi a regionalização do atendimento. Aos poucos, outras unidades terapêuticas foram sendo construídas nos arredores de Barbacena. Com as evoluções na área da saúde psiquiátrica, os pacientes foram aos poucos realocados para outras residências. Em agosto de 1996, o Colônia foi inaugurado como o Museu da Loucura, apresentando utensílios que durante décadas promoveram torturas, além de outros documentos (ARBEX, 2013, p. 235-242). Em 2013, 170 pacientes seguiam internados no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, com expectativa de 10 anos de vida. As informações compõem o último capítulo, "A herança do Colônia" (ARBEX, 2013, p. 247-255).

Situar a leitura do texto a partir da apresentação do objeto de estudo foi uma alternativa da pesquisadora, a fim de partir para a leitura da fundamentação teórica após deixar claro o contexto em análise: o livro de Daniela Arbex, "O Holocausto Brasileiro", e sua complexa narrativa da realidade.

⁴ A chamada "Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem), atualmente recebe o nome de Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA).

3. GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Analisar, separar, classificar e refletir sobre gêneros jornalísticos é uma atividade relevante para ajudar a compreender o meio jornalístico. O estudo e a criação de novos conhecimentos, mais especificamente dos gêneros, são essenciais para a situar a “identidade do jornalismo como objeto científico” (MELO apud PENA, 2015 p. 65). Pena (2015, p. 66) ao questionar sobre o que se tratam os gêneros jornalísticos, afirma que são classificações, cujo objetivo é entender, a partir de um mapa, quais são as estratégias, os tipos e as funcionalidades utilizadas. Se “propõe uma classificação a posteriori com base em critérios a priori” (PENA, 2015, p. 66). A classificação dos gêneros jornalísticos é o grande desafio do campo do conhecimento do jornalismo (MELO apud MEDINA, 2017, p. 16).

Neste capítulo, será apresentada, brevemente, a história dos gêneros jornalísticos, de modo que seja possível entender a relação e as reflexões propostas a partir dos gêneros informativo e opinativo. O diversional e o interpretativo surgem mais tarde. A proposta também é pensar as bases de classificação dos gêneros, que nos próximos capítulos se associam com os conceitos de jornalismo literário e o investigativo.

3.1. Discussão acerca dos gêneros

Há quem diga que o jornalismo esteve presente desde a existência do homem das cavernas, já que escrever em paredes era uma forma de comunicar e deixar documentadas histórias às próximas gerações, ainda que de maneira inconsciente. Apesar deste senso, foi Tobias Peucer, no fim do século XVII, o precursor da teoria do jornalismo contemporâneo. O autor trouxe noções de jornalismo como conceitos, critérios de noticiabilidade, agendamento no jornalismo, relação entre jornalismo e história e relação de mercado (SOUSA, 2017, p. 2-3). O estudo dos gêneros jornalísticos, do ponto de vista acadêmico, veio depois de Peucer, no século XX, com Jacques Kayser (MELO, 2012, p. 21).

Muito anterior ao jornalista, a noção de classificar gêneros é originada na literatura. A primeira noção de separação de gêneros literários surgiu na Grécia Antiga com Platão. Logo em seguida, Aristóteles trouxe uma reflexão sobre a existência de gêneros (SEIXAS, 2017, p. 17). Já a primeira classificação jornalística veio com o editor inglês Samuel Buckeley, quando separou as notícias dos comentários no jornal *Daily Courant*:

Quando o editor Samuel Buckeley decidiu pela separação entre *News* e *comments* no *Daily Courant* ele iniciou a classificação dos gêneros jornalísticos, já no princípio do século XVIII. Desde então, a mensagem jornalística vem experimentando mutações significativas, em decorrência das transformações tecnológicas que determinam a suas formas de expressão, mas sobretudo em função das alterações culturais com que se defronta e a que se adapta a instituição jornalística em cada país ou em cada universo geocultural (MELO, 1994, p. 37-38).

No Brasil, emergiram as classificações que distinguem o informativo do opinativo no século XX (MELO, 2010). Melo (1985) realizou uma classificação de gêneros jornalísticos, que se tornou a mais referenciada nos estudos de comunicação (SEIXAS, 2017, p. 69). Antes dele, Beltrão já havia classificado o jornalismo brasileiro em três categorias: informativo, interpretativo e opinativo. O jornalismo informativo é composto por notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem. O jornalismo interpretativo contém a reportagem em profundidade e o jornalismo opinativo é composto por editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor (MELO, 1985, p. 59).

Em um primeiro momento, Melo (1985, p. 65) dividiu o material jornalístico produzido no Brasil entre informativo e opinativo. Na época em que realizou a pesquisa, o autor afirmava ver apenas os dois gêneros na prática jornalista que era realizada no Brasil. Porém, atualmente, ele reconhece a existência de cinco gêneros: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário (MELO, 2012, p. 22).

Na primeira classificação, Melo (apud COSTA, 2010, p. 45) acrescenta que o gênero informativo depende muito mais dos acontecimentos e da postura do repórter com os personagens, enquanto que no opinativo, as características são vinculadas a partir de questões ligadas a interesses da empresa e de autarquia. A classificação informativo/opinativo vem com o questionamento do próprio autor da caracterização: até que ponto é possível separar o que informa e o que opina? (MELO apud COSTA, 2010). Além dele, Chaparro (2008) também olha com criticidade para a separação de Melo ao afirmar que a distinção do segundo autor não é aprofundada e torna a discussão e o ensino rasos.

Enquanto Melo, que busca uma categorização mais didática, direciona suas classificações para a intenção do conteúdo, Chaparro se deteve na estrutura narrativa do material (ASSIS, 2010, p. 17). Chaparro (2008), que analisa e compara periódicos de Brasil e Portugal, traz então uma nova classificação. O autor questiona a relação entre opinião e informação ao analisar um parágrafo de uma notícia de economia que dizia “Há um cheiro de recessão no ar. Mas é só cheiro mesmo, já que, afinal, não se pode falar em recessão num ano

em que o país deve registrar um crescimento de 5% do Produto Interno Bruto (PIB)” (CHAPARRO, 2008, p. 161). E segue o questionamento:

O que temos aí é a introdução de uma reportagem toda ela tecida com fios de Opinião e Informação, cruzados por um ponto de vista de quem pensou e escreveu o texto. Onde termina a informação e começa a opinião? Ou melhor, já que a intervenção opinativa tem início na primeira frase: onde termina a opinião e começa a informação? (CHAPARRO, 2008, p. 161).

Para ele, o comentário e o relato são os dois gêneros do discurso, “com Opinião e Informação e Informação e Opinião” (CHAPARRO, 2008, p. 161). Apesar do teórico abraçar a ideia de construção e excluir a divisão, ao separar o que relata e o que comenta o acontecimento, Chaparro acaba caindo no mesmo paradigma – que ele critica na categorização de Melo – das divergências entre o que informa e o que opina (MELO apud ASSIS, 2010, p. 46).

A onipotência do dueto informativo e opinativo vai, aos poucos, no século XX, dividindo espaço com outros gêneros que começam a surgir. A partir deste momento, será abordado o contexto histórico em que nascem os gêneros complementares de Melo: o diversional e o interpretativo.

3.2. Jornalismo diversional: a sedução e a emoção

Um dos gêneros complementares de Melo, o jornalismo diversional está associado ao literário. Deste modo, é de relevância para a pesquisa que sejam identificados os aspectos inerentes ao seu surgimento a fim de melhorar a compreensão de suas características.

"A aldeia de Holcomb fica situada no meio dos planaltos de trigo, no Oeste do Kansas, numa área isolada que os demais habitantes do estado chamam 'lá para diante'" (CAPOTE, 2003, p. 21). Esta é a primeira frase de *A Sangue Frio* (CAPOTE, 2003). A obra, que traz relatos a respeito do assassinato de quatro pessoas da família Clutter, é o resultado de seis anos de investigação do jornalista Truman Capote. Para Erbolato (1991, p. 43), Capote, um desses escritores dessa nova leva norte-americana, atendeu indiretamente a um pedido de George Gallup⁵, que em 1960 afirmou que os conteúdos jornalísticos eram sempre formais e “despidos

⁵ George Gallup foi um famoso pesquisador da opinião pública (ERBOLATO, 1991, p. 43)

de interesse”. Muito distante da ideia de *lead*⁶, ou de qualquer característica dos formatos dos gêneros opinativo e informativo, o material jornalístico citado acima, assim como outros da geração⁷, despontou para uma nova classificação em termos de gêneros jornalísticos. Num primeiro momento, Melo classifica o jornalismo diversional como um gênero complementar com caráter emocional (MELO apud ASSIS, 2010, p. 141).

Esse movimento, que tem raízes norte-americanas, se consagrou no Brasil da década de 1960 com a revista Realidade, da Editora Abril, que possuía reportagens extensas e com alta tiragem (FARO apud ASSIS, 2010, p. 157). As origens desse jornalismo remetem para o período pós-guerra, caracterizado, a partir da década de 1950, como um período que remete à qualidade de vida, volta suas preocupações para o emocional humano e adere aos ideais de repouso da mente e o corpo (DE MASI apud ASSIS, 2010, p. 143).

O gênero diversional não tem origens tão distantes de outro gênero complementar: o interpretativo. Enquanto o diversional surge da necessidade percebida pelos escritores de seduzir o leitor, o gênero interpretativo nasce a partir da crise do papel promovida pela chegada de novos meios de comunicação, na metade do século XX. Para fins desta pesquisa, o jornalismo investigativo corresponde ao gênero interpretativo, bem como o jornalismo literário corresponde ao gênero diversional, podendo ser utilizado como sinônimo, como vários autores sugerem. A seguir é abordado o contexto histórico de origem do gênero interpretativo.

3.3. Jornalismo interpretativo, analítico

Antes de adentrar neste segundo gênero complementar proposto por Melo e citado por outros autores, é preciso entender o seu surgimento. Conforme Costa e Lucht (2010, p. 109), o jornalismo interpretativo nasce a partir da criação do Departamento de pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil, no século XX.

Esse fato culmina com a quebra de monopólio dos veículos impressos. Com a chegada do rádio e, principalmente, da televisão, dois fatores exclusivos dos jornais foram desmantelados: o furo (informação dada em primeira mão) e a edição extra (aquela que trazia

⁶ Conhecida no meio jornalístico como a fórmula da notícia, em que as seis perguntas (O que? Quem? Onde? Quando? Como? e Por quê?) devem ser respondidas nos dois primeiros parágrafos do texto.

⁷ Gay Talese, Tom Wolfe e Norman Mailer são alguns dos autores considerados os pais do New Journalism (PENA, 2016, p. 53)

fatos extraordinários que pudessem justificar sua edição) (ERBOLATO, 1991, p. 27). Acontece o que Dines (1986, p. 76) chama de crise do jornal, que não o extingue, mas o transforma. Dessa transformação, ou desse renascimento do impresso, surge um jornalismo interpretativo, analítico (COSTA, LUCHT, 2010, p. 109).

Dois autores pioneiros em observar o jornalismo interpretativo no Brasil foram Medina e Leandro (1973). Os pesquisadores ligam o jornalismo interpretativo com o conceito de interpretação baseado na filosofia e na psicanálise. A problemática que eles colocam gira em torno da questão que diferencia o que é interpretar e o que é opinar. Por fim, eles não o caracterizam como um gênero, mas como uma “fase modernamente interpretativa” que faz um esforço para determinar o sentido de um acontecimento (COSTA, LUCHT, 2010, p. 110)

Outro autor a estudar o interpretativo é Beltrão. Ele traz duas concepções acerca do assunto. A primeira entende a interpretação como algo do ofício, inerente à profissão, que consiste em selecionar o que vai ou não virar notícia. Em seguida, Beltrão (1976) começa a questionar os limites entre opinar e interpretar e chega a sua segunda concepção: o formato do gênero interpretativo é a reportagem em profundidade.

Em seguida, Melo, que havia negado qualquer gênero que não o opinativo e o informativo, cedeu e acrescentou o interpretativo na sua grade de classificações. Dentro do gênero interpretativo, Melo identifica os formatos: dossiê, perfil, enquete e cronologia. Esse gênero de interpretação vem associado à reportagem (MELO apud COSTA, 2010, p. 66).

De Medina e Leandro, passando por Beltrão, Lima e chegando até Melo, percebe-se uma dissonância em relação ao entendimento do jornalismo interpretativo. De um lado, os estudos se detêm às possibilidades da reportagem interpretativa, mas não conseguem desenvolver critérios mais sólidos de classificação quanto ao gênero interpretativo. Por outro lado, há a compreensão desse formato enquanto um gênero independente, mas não são estabelecidos critérios definidos quanto à conceituação e classificação do formato (COSTA, LUCHT, 2010, p. 121).

Constatada a relação do jornalismo literário com o gênero diversional e do jornalismo investigativo com o gênero interpretativo, os dois próximos capítulos abrirão para discussão das características e especificidades de cada um. O aprofundamento destes gêneros é essencial para a base teórica da análise desta pesquisa.

4. JORNALISMO LITERÁRIO

Contar histórias. Eis o cerne do jornalismo. A maneira como se fará isso abre brecha para se estudar os gêneros, formatos e classificações dos textos. Mas qual é o objetivo da literatura? Se essa complexa pergunta fosse passível de uma resposta objetiva, poder-se-ia dizer que estaria na linha entre sensibilizar, atrair leitores e provocar uma mudança em quem está consumindo o produto ou a arte. De um lado, o jornalismo e seu compromisso com a veracidade das informações. De outro, a literatura e a sua maneira romanceada, senão elegante, de narrar desde poesias a cartas. Desta miscelânea surge uma das fórmulas encontradas pelos jornalistas para prender seus leitores: o jornalismo literário.

As origens do denominado jornalismo literário não são passíveis de consenso entre os autores. Cita-se desde a crise do papel (DINES, 1986, p. 76) até a censura nas páginas dos jornais que fez os profissionais buscarem, na literatura, uma alternativa para a publicação de seus conteúdos (COSSON, 2007, p. 89). Já em termos de conceituação, vai da significação de editores literários e cronistas até o *New Journalism* – que surgiu nas redações norte americanas no século XX – e os relatos, biografias e a ficção-jornalística (PENA, 2016, p.21).

Pena (2016) aponta que a inquietação dos repórteres foi fundamental para o aparecimento do gênero:

O que vai proporcionar o advento do Novo Jornalismo contemporâneo na década de 1960, nos Estados Unidos, é a insatisfação de muitos profissionais da imprensa com as regras de objetividade do texto jornalístico, expressas na famosa figura do lead, uma prisão narrativa que recomenda começar a matéria respondendo às perguntas básicas do leitor (PENA, 2016, p. 53).

Gênero caracterizado em crônicas, e sobretudo, em livro-reportagem, Lima (1995, p. 16) assegura que o jornalismo literário desempenha um papel importantíssimo em preencher lacunas deixadas por outros veículos de comunicação, como jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão. “Mais do que isso, avança para o aprofundamento do conhecimento do nosso tempo, eliminando, parcialmente que seja, o aspecto efêmero da mensagem da atualidade praticada pelos canais cotidianos da informação jornalística” (LIMA, 1995, p. 16).

Na mesma linha, Borges (2013, p. 186) afirma que “o jornalismo literário, de muitas formas, em inúmeros momentos, teve a coragem de desempenhar o papel de ‘advogado do diabo’, pondo o dedo em feridas de cicatrização enganosa”.

Lima (1993, p. 7) acrescenta que o produto expande-se para além do trabalho cotidiano da mídia e também se infiltra em campos pouco abordados pela imprensa como um todo, proporcionando ao leitor uma “viagem pelo conhecimento da contemporaneidade”.

Antes de ser compreendido como jornalismo literário, os textos de caráter emocional e que buscavam seduzir os leitores foram caracterizados por Melo como gênero diversional.

4.1. Características do gênero diversional

Associado com o jornalismo literário, o gênero diversional, que apesar de manter a linha da informação, vai buscar, nos elementos da literatura, um acréscimo para atrair o leitor. Ele foi associado ao *New Journalism* (MELO; ASSIS, 2010, p. 72). Entre esses recursos da literatura estão a riqueza dos detalhes, as descrições longas, uso de metáforas e imersão na história, bem como, a humanização do relato, a quebra de paradigma quando se fala em impessoalidade do jornalista com a fonte, e a desconstrução do *lead*, conforme analisa Necchi (2017, p.5).

O que chamamos hoje de jornalismo literário, foi definido por Melo (1994, p. 34) como jornalismo diversional, que:

(...) engloba aqueles textos que, fincados no real, procuram dar uma aparência romanesca aos fatos e personagens captados pelo repórter. Entre os gêneros que integram o jornalismo diversional estão as histórias de interesse humano, as histórias coloridas, os depoimentos, etc (MELO, 1994, p. 34).

Neste gênero, Erbolato (1991, p. 44) aponta que o repórter busca sentir e viver o ambiente e os obstáculos da história. É exigido deste repórter o dobro de atenção, uma vez que ele não pode se deter a entrevistas e informações levianas e sim perscrutar sentimentos, observar o cenário, buscar elementos que contribuam para a narrativa e ainda estar atento para os momentos de revelações.

A contraste diversional desta nova maneira de fazer jornalismo, de acordo com Melo (1994, p. 34-25), está na utilização de artifícios literários em que a objetividade e, sobretudo, o

distanciamento entre repórter e fonte, próprios da indústria cultural, foram postas de lado, se não abandonadas. Dentro do gênero foram então postas, por Melo (1994), as categorias histórias de interesse humano e histórias coloridas. As histórias de interesse humano são caracterizadas, segundo o autor, como uma narrativa que prima pelos detalhes dos protagonistas envolvidos em determinado acontecimento:

Recorrendo a artifícios literários, emergem dimensões inusitadas de protagonistas anônimos ou traços que humanizam os “olimpianos”. Apesar da apropriação de recursos ficcionais, os relatos devem primar pela “verossimilhança” sob o risco de perder a “credibilidade”. Destina-se a preencher os espaços ociosos dos aficionados por relatos jornalísticos (MELO; ASSIS, 2010, p. 75).

Já a história colorida se preocupa com os relatos do local. Funciona como uma releitura do cenário em que determinado episódio aconteceu. A narrativa utilizada neste formato é de tom impressionista, preserva detalhes e tenta mostrar, através de um repórter que se comporta como um observador afastado, o que muitas vezes não é visto “a olho nu” (MELO; ASSIS, 2010, p. 75).

Identificar e caracterizar o jornalismo diversional – que possuiu diversas nomenclaturas – é reconhecer o seu papel dentro do meio profissional e dar o crédito para os repórteres que vão além da informação essencial para a composição do *lead*, se atendo, muitas vezes, a questões de cunho social, ainda que o gênero ainda ocupe pouco espaço nos veículos (ASSIS, 2010, p. 159).

A seguir, serão tratadas as especificidades do *New Journalism*, movimento que ficou muito conhecido por ir além deste trabalho cotidiano da mídia e trazer noções mais amplas de determinadas realidades.

4.2. New journalism

Quando se fala em *New Journalism* – ou novo jornalismo, na tradução literal – os nomes mais lembrados são Tom Wolfe, Truman Capote, Norman Mailer e Gay Talese. Os autores utilizaram artifícios literários para narrar suas extensas reportagens. Mas eles não foram os primeiros a utilizar este método e nem os precursores do Novo Jornalismo.

O termo foi citado pela primeira vez na história no século XIX, em 1887. Alguns críticos utilizaram o Novo Jornalismo como forma de desqualificar William Thomas Stead⁸, que na época soava como “cabeça oca” (PENA, 2016, p. 52). O primeiro a misturar literatura e jornalismo na idade moderna foi Daniel Defoe, no início do século XVIII. Ele escrevia reportagens policiais e ficou conhecido pelos romances “*Robinson Crusoe*” (1719) e “*Moll Flanders*” (1722).

Chegando ao século XX, John Hersey se utilizou do gênero ao escrever “Hiroshima” (1946), um livro-reportagem que relata a tragédia da bomba atômica que os Estados Unidos da América lançaram contra o Japão na Segunda Guerra Mundial. Nesta linha do tempo, o próximo é Truman Capote, com “A Sangue Frio”. Ambos os autores recriaram cenas e descreveram o cenário das histórias (PENA, 2016, p. 52-53). Gay Talese, que também deixou sua contribuição para o movimento, é autor, entre outros, de “Fama e Anonimato”. Editado em 1992, o livro traz várias reportagens do autor sobre pessoas famosas e também sobre histórias de pessoas “desconhecidas”.

Questionado sobre o conteúdo de seu material, Talese (2004) explica que o Novo Jornalismo passa longe de ser ficção e tem seus princípios. Para ele, o formato:

É, ou deveria ser, tão fidedigno quanto a mais fidedigna reportagem, embora busque uma verdade mais ampla que a obtida pela mera compilação de fatos passíveis de verificação, pelo uso de aspas e observância dos rígidos princípios organizacionais à moda antiga (TALESE, 2004, p. 9).

Já para Dines (1986), o Novo Jornalismo é uma adaptação de intelectuais às velhas formas de escrever. Dines garante que o *New Journalism*:

Não é uma nova concepção para o jornal, nem nova linha de trabalho ou atitude profissional. É um gênero ao qual podem aderir apenas alguns grandes nomes, cujo peso na assinatura faz com que qualquer jornal ou revista dispute seus trabalhos, seja qual for o estilo que escrevam (DINES, 1986, p.89).

Seja um novo gênero ou uma adaptação, estas reportagens eram publicadas inicialmente em jornais e revistas americanas e posteriormente foram transformadas em livros. Esse

⁸ Jornalista investigativo e editor da PallMallGazette, de origem britânica. Adepto das causas sociais, ele “comprou” uma adolescente de sua mãe para relatar e denunciar a prostituição infantil. Stead ficou dois meses preso pelo fato (PENA, 2016, p. 52).

movimento de reeditar a reportagem que havia sido publicada no veículo traz a conceituação do que chamamos hoje de livro-reportagem.

4.3.Livro-reportagem

Muito relacionado com o jornalismo literário e jornalismo de profundidade, o livro-reportagem é um veículo que divulga esse material. O livro-reportagem, uma das maneiras mais comuns de divulgação do jornalismo literário, é um veículo de comunicação que “desempenha um papel específico, de prestar informação ampliada sobre fatos, situações e ideias de relevância social, abarcando uma variedade temática expressiva” (LIMA, 1995, p. 15).

O produto, apesar de não ter data que marque seu surgimento, ganha força na literatura da Europa do século XIX. As veiculações de grandes reportagens, que posteriormente seriam transformadas em livros, tiveram como divisor de águas a Segunda Guerra Mundial, que mudou os rumos do jornalismo. No Brasil, os precursores das grandes reportagens foram os Diários Associados, de Assis Chateaubriand. (BELO, 2006, p. 22).

Cosson (2007, p. 39) classifica o que chama de romance-reportagem como um novo gênero. O pesquisador analisou o Brasil da década de 70 em termos de produção jornalística. Para ele, o romance-reportagem possui uma inserção na literatura, mas não possui características definidas no jornalismo. “É a censura que leva os jornalistas a buscarem na literatura o espaço perdido na imprensa, e a consequência é uma literatura parajornalística e romances que recendem a reportagem” (COSSON, 2007, p. 89).

Do ponto de vista teórico, o livro-reportagem deve sempre buscar uma harmonia entre duas competências, que são a eficiência e a fluência. Enquanto a eficiência se detém a informar com profundidade, a outra “serve ao propósito de cumprir esta missão com elegância” (LIMA, 1993, p.42).

A cobertura jornalística e a apuração têm se tornado cada vez mais superficiais e obrigado os repórteres engajados com as causas – das mais diversas editoriais – a buscar por caminhos alternativos para ampliar seus conteúdos. Nesse ponto encontram o livro-reportagem (BELO, 2006, p. 14). Jornalismo de permanência e de profundidade, o livro-reportagem não conta com o *deadline* das edições que precisam ser rodadas dia após dia, e garantem mais prazo para elaboração do que dispõem as revistas (NECCHI, 2017, p. 9).

Belo traz o questionamento acerca do livro-reportagem funcionar em uma lógica diferente do jornalismo, em que:

O livro-reportagem é, então, um tipo diferente de jornalismo? Sim e não. A reportagem em livro tem claras diferenças em relação ao modelo praticado hoje pela mídia da imprensa brasileira. Mas, a rigor, é apenas uma reportagem, passível de empregar exatamente o mesmo padrão técnico e de conduta, como se fosse publicada em qualquer outro meio de informação. [...] Por suas características, não substitui nenhum meio de comunicação, mas serve como complemento a todos. (BELO, 2006. p. 41).

A principal função exercida pelo livro-reportagem, apesar das excentricidades, é a função do jornalismo como um todo (LIMA, 1995, p. 20). Lima (1995, p. 41) também faz menção à importância do livro-reportagem como agente de memória e desconstrução da efemeridade. Para o autor, o livro-reportagem tem o papel de utilizar temas conhecidos pelo público – muitas vezes que já circularam pelos periódicos – e estendê-los em sua existência.

O gênero que nasceu com essa personalidade de extensão do jornalismo “convencional” praticado nas redações, abriu discussão para as convergências e divergências entre jornalismo e literatura.

4.4. Jornalismo e literatura: o hibridismo

O jornalismo literário traz traços que questionam a concepção entre realidade e ficção. O híbrido entre os dois gêneros, busca um “interdiscurso” que contenha elementos provenientes de ambos, mas que sintetize para a autonomia como um terceiro gênero (BORGES, 2013, p. 309).

A literatura, pode possuir uma pré-disposição para a utopia. Mas pensar que ela preocupa-se unicamente com o imaginário pode ser um equívoco. O livro “Os Sertões” (1902), de Euclides da Cunha, e “Memórias do Cárcere” (1953), de Graciliano Ramos, são exemplos de narrativas que evitam o lúdico e buscam retratar coisas vividas por eles (BULHÕES, 2007, p. 20). Ainda, essa linha fica ainda mais tênue quando se observam movimentos da literatura brasileira, como o realismo e o naturalismo. Machado de Assis não fez apurações jornalísticas, entrevistas, decupagem e recriou um acontecimento, mas bebeu de fontes realistas e jogou com sentimentos demasiadamente humanos – ciúmes - ao escrever Dom Casmurro. Nesse sentido, Bulhões (2007, p. 21) ainda cita “O Cortiço”, de Aluísio Azevedo.

Já o jornalismo vem sempre acompanhado do “fardo” da verdade. Durante muito tempo se insistiu na concepção de que no jornalismo é possível transmitir acontecimentos com legitimidade (BULHÕES, 2007). Outra ideia que é altamente criticada, mas que parece perpetuar é a de imparcialidade:

É a vez de reconhecer que a trajetória do jornalismo parece desenhar um movimento em sentido oposto ao da literatura. O percurso de suas transformações indica claramente o esforço de firmar um compromisso inequívoco com a factualidade. Se a literatura habita o espaço permissivo da ficcionalidade, o jornalismo parece ter diante de si o horizonte prescritivo daquilo que é razoável ou admissível, a partir do qual deverá recolher o factual consumado, efetivado, a ser transformado em informação. Nesse sentido, consolidou-se a noção de que a transgressão de seus métodos e procedimento – os da suposta objetividade – não pode ser admitida, afigurando-se intoleráveis a falsidade e o embuste (BULHÕES, 2007, p. 25-26).

Ao se falar em jornalismo literário, o hibridismo, as convergências e divergências entre os gêneros da literatura e o do jornalismo logo são citados nos estudos. Enquanto o jornalismo se preocupa com a veracidade e precisa ser contemporâneo, a literatura pouco se preocupa com isso, uma vez que “uma obra literária passa a existir para nós no momento em que realizamos a sua leitura, não importando, nesse sentido, se foi escrita no século XX ou no século XII” (BULHÕES, 2007, p. 18).

Borges (2013, p. 178) propõe a reflexão de que o jornalismo literário traz uma desconfiança, uma vez que une um elemento que deve se preocupar apenas com a veracidade dos fatos – jornalismo – com outro que se preocupa com a estética da escrita – literatura. Em razão das regras de objetividade, cujo jornalismo literário rompe, pode haver uma “distorção da missão jornalística” no texto “mais ou menos literalizado” (BORGES, 2013, p. 181). As descrições longas e uso de metáforas, entre outras características atribuídas ao jornalismo literário, trazem o questionamento da veracidade e do compromisso com a verossimilhança dos fatos em um formato híbrido de jornalismo e literatura (BORGES, 2013).

Além da verossimilhança, uma reflexão travada no jornalismo há mais de dois mil anos, “é realmente possível refletir a realidade de maneira objetiva?” (KUNCZIK, 2002, p. 223), vem à tona quando o assunto é literatura e jornalismo. De acordo com Kunczik (2002), a concepção de objetividade, para a literatura, tem ligação forte com as “declarações jornalísticas e a realidade”.

Para Pena (2015, p. 50), há um grande equívoco na elaboração do conceito. “A objetividade é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim para reconhecer a sua inevitabilidade” (PENA, 2015, p. 50).

Um gênero em constante metamorfose, oriundo dos elementos característicos da literatura e do jornalismo, Pena (2016, p.21) define o jornalismo literário “como a linguagem musical de transformação expressiva e informacional”.

Essa linguagem musical de Pena não deve deixar de significar, para Necchi (2017, p. 11), o essencial: jornalismo. A matéria-prima, ou seja, o primordial é a realidade e as características literárias de escrita são acrescentadas apenas na maneira em que se conta o fato (NECCHI, 2017).

Tendo como principal o jornalismo e a escrita literária como fator de verossimilhança, o jornalismo literário, de acordo com Borges (2013, p. 196), que tem inerente em si, as características do jornalismo convencional, deve sempre ir adiante, desbravar campos e se singularizar da literatura por ser mais do que apenas um discurso retórico (BORGES, 2013).

Essa arte de expressar-se bem, oriunda da literatura, citada por Borges (2013, p. 196), é vista, por Necchi, no jornalismo literário, como um fragmento que não deve ser utilizado como objeto (2017, p. 5):

Mais do que uma escrita que flerta com técnicas típicas do labor literário e se propõe a instigar, seduzir, provocar sensações e despertar o interesse do leitor, o chamado jornalismo literário foge de olhares pré-formatados e rende textos – sejam reportagens ou perfis – que surpreendem a partir de uma pauta que rompe com visões óbvias ou hegemônicas sobre a realidade. Os autores, na hora de contar histórias não-ficcionais, principalmente nas páginas de revistas, valem-se de recursos típicos da literatura (NECCHI, 2017, p.5).

O jornalismo literário, apesar de beber de fontes de outros gêneros, pode ser considerado autônomo (BORGES, 2013, p. 187). Melo (2010, p. 23) compreende, por fim, que as utilizações de elementos da literatura trazem “inquietação, desalento e incerteza sobre o futuro da profissão”.

Contextualizado acerca do surgimento do gênero, caracterizado o movimento e o seu veículo de extensão – livro-reportagem –, discutidas as divergências de conceituação pelos autores, o próximo passo é entender a conceituação de jornalismo literário. A classificação de Felipe Pena, com a Estrela de Sete Pontas, servirá como característica de uma das categorias de análise posteriormente.

4.5. Conceituação do jornalismo literário

Para Pena (2016, p. 13-15), o jornalismo literário é como uma Estrela de Sete Pontas, que funciona quando todas as características estão presentes. Seu conceito destaca a primeira ponta da estrela como potencializar o conhecimento absorvido no jornal diário. Aqui estão incluídas a checagem de informação, apuração exaustiva, abordagem ética e a observação atenta. A próxima ponta se encarrega de ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano, ou do factual. Nesse caso, o repórter não tem mais *deadline*⁹ de entregar o material no fechamento da edição. Não tem periodicidade e atualidade. A terceira característica é buscar e proporcionar ao leitor uma ampla visão da realidade. “A preocupação do jornalismo literário, então, é contextualizar a informação de forma mais abrangente possível” (PENA, 2016, p. 14). A quarta ponta da estrela tem a ver com o compromisso social do jornalismo: exercer a cidadania. A pauta deve ser relevante a ponto de contribuir para a sociedade e para a formação do cidadão. Sem fórmula pronta, a quinta característica do gênero é quebrar com o *lead*. Aqui, não há uma maneira indicada de iniciar o texto, uma vez que com o aprofundamento e uma abordagem mais complexa, as seis questões básicas das notícias se transformam em muito mais perguntas a serem respondidas ao longo do texto. Em sexto, se evitam os “definidores primários”, ou seja, aquelas fontes oficiais (que exercem algum cargo público ou especialistas como professores universitários, advogados, psicólogos, economistas e por aí vai) que sempre dão entrevistas e complementam as notícias. Neste aspecto, o jornalismo literário se preocupa muito mais com as histórias impressionantes de pessoas “comuns”, pessoas da vida real. As lacunas, as intempéries da vida, os anônimos. Por último, a última das sete pontas é a perenidade. O texto deve permanecer por gerações, influenciando e servindo de aprendizado no contexto social daquele local (PENA, 2016).

Além de Pena (2016), Lima (2017), ao propor um novo conceito sobre o jornalismo literário, traz três categorias de conteúdo que auxiliam na conceituação. Lima (2017) entende que os conceitos de jornalismo literário estão bem disseminados no âmbito acadêmico e bem compreendidos na prática dos repórteres, mas enxerga uma lacuna quanto à visão de mundo presente nessas narrativas. Ao experimentar essa proposta, o autor traz um novo conceito: o de Jornalismo Literário Avançado no século XXI. São apresentadas três categorias de conteúdo

⁹ Termo inglês que remete ao tempo estimado para a entrega do material jornalístico ao editor-chefe, ou a pessoa responsável para o fechamento da edição.

para compreender o Jornalismo Literário Avançado. A primeira categoria se refere aos recursos operativos, que se diferenciam dos modos tradicionais do jornalismo:

Aqui entram questões como os modos de captação da realidade – a observação participante, por exemplo, assim como a imersão a mais ampla possível do repórter/autor no universo temático definido por sua pauta –, os recursos narrativos – tais como a construção cena a cena, o ponto de vista autobiográfico em terceira pessoa – e os modos de edição de matérias (LIMA, 2017).

O caráter autoral do modelo é o foco da segunda categoria de conteúdo. Diferente do jornalismo tradicional, que possui um padrão e um modelo – utilização do *lead* –, no jornalismo literário os artifícios de linguagem, a maneira como o repórter capta e absorve o ambiente e a história, fazem a diferença na narrativa (LIMA, 2017). Por fim, a última categoria se volta para a visão de mundo do jornalista, que fica implícito no conteúdo:

Os textos do Jornalismo Literário carregam, inevitavelmente, o legado múltiplo dos paradigmas formais ou mesmo inconscientes que conformam o modo com que percebem, interagem com, captam e expressam o real. Nesse processo de comunicação entram em jogo crenças, valores, modelos de conhecimento pertencentes ao universo individual de cada autor, ao seu campo de prática profissional, à sociedade de sua época e lugar, às influências múltiplas procedentes das mais diversas fontes do mundo globalizado de nossos dias, numa dinâmica e complexa efervescência borbulhante dos inúmeros fatores que geram nossa construção simbólica do que entendemos por realidade (LIMA, 2017).

A partir dessa visão de realidade, baseado nos conceitos de Edgar Morin – que enxerga o conhecimento como complexo e refuta o paradigma da simplificação – e em outros conceitos da filosofia e da física quântica, Lima (2017) propõe uma concepção de Jornalismo Literário Avançado, que entende a realidade a partir de sua complexidade e vai buscar, em seus textos, expor um conhecimento transdisciplinar.

Após realizada a abordagem sobre o jornalismo literário, o próximo capítulo se debruça sobre o jornalismo investigativo. Serão abordadas as concepções, paradigmas e questionamentos relativos à prática da investigação. Tratar do assunto em um capítulo separado é uma necessidade vista sua relevância para a presente pesquisa.

5. JORNALISMO INVESTIGATIVO

O ano era 1972. Os jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward, do jornal *The Washington Post*, começavam uma reportagem que deixaria seus nomes para a história do jornalismo investigativo. Em 17 de junho daquele ano, cinco homens são presos ao tentar grampear telefones em um dos escritórios do Watergate. O detalhe crucial: no local ficava o Comitê Nacional Democrata. Bernstein e Woodward despertam suas atenções para a invasão e a primeira reportagem assinada sobre o caso sai em 19 de junho de 1972. A investigação dos dois jornalistas continua, com o auxílio de fonte, que mais tarde descobriu-se ser um agente do alto escalão do FBI – uma unidade de polícia norte-americana (THE WASHINGTON POST, 2017). A partir daí os jornalistas começam um amplo trabalho de investigação jornalística e descobrem os desdobramentos, como o fato de um dos invasores estar na folha de pagamento do comitê de reeleição de Nixon¹⁰. O esforço dos repórteres só teve efeito dois anos mais tarde, já que em outubro de 1972, Richard Nixon conseguiu sua reeleição. As investigações do governo continuaram solicitando as fitas à Casa Branca e em 8 de agosto de 1974, por pressão popular e correndo risco de sofrer impeachment, Nixon se torna o primeiro presidente a renunciar do cargo.

O Watergate é lembrado por diversos autores como um dos precursores ao se falar de jornalismo investigativo. Leonard Downie Jr (2017), que foi jornalista do *The Washington Post*, afirma que o caso não foi o primeiro de jornalismo investigativo na América, mas que é um marco:

Para o jornalismo, as histórias do caso Watergate e “Todos os Homens do Presidente” (o livro e o filme) tiveram um impacto duradouro. Inspirado pelo Watergate, gerações de jovens jornalistas ingressaram na profissão para se tornarem repórteres investigativos. Jornais e redes de televisão formaram equipes de investigação e apresentaram seus trabalhos. Revistas nacionais publicaram longas peças de investigação. Inspirada pelo programa televisivo “60 minutos”, revistas de notícias contendo reportagem investigativa se proliferaram por anos (DOWNIE JR, 2017)¹¹.

¹⁰ Presidente dos Estados Unidos na época, Nixon concorria, pelo Partido Republicano, à reeleição em 1972.

¹¹ Do original: For journalism, their Watergate stories and “All the President’s Men” (the book and the movie) have had an enduring impact. Inspired by Watergate, generations of young journalists have entered the profession to become investigative reporters. Newspapers and television networks and stations formed investigative teams and showcased their work. National magazines published long investigative pieces. Led by “60 Minutes,” television news magazines featuring investigative reporting proliferated for years (DOWNIE JR, 2017). Tradução nossa.

Um outro momento histórico, conforme Downie (2017), foi a criação da secção reportagem investigativa no Prêmio Pulitzer¹².

No Brasil, o jornalismo investigativo começou algumas décadas mais tarde, após o fim da ditadura militar (1964-1985), quando a censura acabou (FORTES, 2005, p. 9). De acordo com Fortes, foi com a volta da democracia que os jornalistas passaram a ter mais espaço e realizarem melhores buscas pela notícia. Na Era Collor, os métodos de investigação se aperfeiçoaram nos espaços da imprensa:

Os sucessivos escândalos ocorridos entre 1990 e 1992, durante a gestão do presidente Fernando Collor de Mello, resultaram em uma febre investigatória francamente disseminada na imprensa nacional. Pode-se dizer que o impeachment de Collor é o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil (FORTES, 2005, p.9).

Outro marco importante para o gênero no Brasil foi a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a Abraji, em 2002, uma vez que a instituição de jornalistas é desvinculada do campo empresarial da comunicação e não representa interesses privados (FORTES, 2005, p. 9).

Logo após o surgimento do modelo de jornalismo no Brasil, surge a necessidade de ser estudado, analisado e entendido por intelectuais e pesquisadores. Sequeira (2005, p. 16-19) aponta que, se não fosse Dines e Lage, que voltaram os estudos para o jornalismo investigativo em suas pesquisas, o gênero cairia no esquecimento, uma vez que Melo, de antemão, nega o investigativo. O autor vai reconhecê-lo como gênero mais tarde e o classificará como interpretativo.

5.1. Características do Gênero interpretativo

Leandro e Medina (1973) caracterizam o conteúdo como reportagem interpretativa e atribuem, então, três fatores de identificação. A primeira direção é associar vários fatos que têm em comum o mesmo tempo e espaço. O segundo fator diz respeito à identificação e valorização do ser humano na reportagem, de modo que o relato jornalístico consiga atingir um nível de generalização. Por último, uma mescla entre informação jornalística e conhecimento científico, que possa criar um quadro de referências (COSTA; LUCHT, 2010, p. 111).

¹² Prêmio norte-americano que outorga trabalhos jornalísticos de excelência.

Na concepção de Beltrão, a reportagem em profundidade, inserida dentro do formato do gênero interpretativo, deve conter análises, projeções futuras e prognósticos, além de fatores antecedentes e informações complementares (COSTA; LUCHT, 2010, p. 112-113).

Melo, que havia negado o investigativo, cedeu e o acrescentou em sua grade de classificações. Dentro do interpretativo, elencou os formatos: dossiê, perfil, enquete e cronologia (MARQUES DE MELO apud COSTA, 2010, p. 66). O dossiê é definido pelo autor (1994) como um “mosaico” que se propõe a facilitar a compreensão do acontecimento. Pode ser também o agrupamento de dados em boxes, tabelas, mapas ou gráficos, é um complemento à narrativa principal. Logo depois, o perfil descreve quem são os agentes de determinado fato e traz um relato biográfico. A enquete é caracterizada como sendo um relato, ou opinião, de pessoas aleatoriamente selecionadas. Em muitos casos, procura criar mecanismos inconscientes de identificação e proteção. Por último, o formato cronologia é aquele que busca reconstituir o fato de maneira a facilitar a compreensão por parte do leitor (COSTA, 2010, p. 68). Também é utilizado em casos que possuem muitos desdobramentos e informações e podem acabar confundidos pela complexidade, como é o caso da Operação Lava Jato¹³.

Para Lima (1995, p. 25-26), o cerne do interpretativo é tentar evitar que o leitor fique desprovido de informações para compreensão do seu contexto social, tempo, causas, fenômenos e origens no qual está inserido. Na prática, a audiência passa a entender melhor o que antes não estava claro com a mistura de alguns fatores: o contexto, os antecedentes, o suporte especializado, a projeção e o perfil.

A seguir, será tratado de uma dúvida recorrente nos estudos que envolvem o jornalismo investigativo: o jornalismo investigativo não seria um termo redundante, uma vez que para elaboração de determinado conteúdo é necessário investigar e apurar as informações? A resposta para esta pergunta será contextualizada a seguir.

5.2. Todo jornalismo é investigativo?

É na linha de pensamento de Melo que pode ter surgido a ideia de que jornalismo investigativo é um termo redundante. Sequeira (2005, p. 15), traz o questionamento de que se todo o jornalismo – que não aquele que se utiliza de *releases* e materiais prontos de assessorias de imprensa – não é um jornalismo de investigação. Questão essa que é logo desconstruída por

¹³ Esquema de corrupção deflagrado pela Polícia Federal, no Brasil, em 2014 (MPF, 2017).

Fortes (2005, p. 8). Para o autor, compreender o jornalismo investigativo implica em “libertar-se da concepção simplista, embora essencialmente verdadeira, de que todo jornalismo é investigativo”.

Nascimento (2010) e Dines (1986) vão por outro caminho ao afirmar que essa é uma concepção essencialmente verdadeira. Para Dines (1986, p. 91), essa afirmação é leviana, uma vez que nem tudo que é publicado em um jornal é oriundo de investigação jornalística. Uma prática que se disseminou com intensidade pelas redações de todo Brasil é utilizar *releases* e outros materiais prontos como ‘notas oficiais’ e não ir atrás de outros pontos de vista, por exemplo. “O repórter e todo o processo jornalístico acomodaram-se e deixaram de investigar. O jornalismo brasileiro como alternativa passou a viver de eventos e levantamentos” (DINES, 1986, p. 91).

Nascimento (2010, p. 8) aponta um exemplo prático que descontrói a ideia de que todo jornalismo é investigativo: uma coletiva com o ministro da Agricultura, às 18h, para tratar da expectativa da safra de determinado grão. Se o repórter ficar 30 minutos na entrevista, e for redigir o texto para que ele saia no outro dia, ele terá pouco tempo para escrever a matéria. Logo, ele fará o texto com as informações extraídas da coletiva com o ministro e não terá, ao seu alcance, tempo para ligar para especialistas, fazer pesquisas, comparar dados e estatísticas. Logo, isso não será jornalismo investigativo, pois “redigir o texto não é investigação” (NASCIMENTO, 2010, p. 8).

Ao ser confrontado por outros autores que afirmam que todo jornalismo deveria ser investigativo, Nascimento (2010, p. 8) rebate afirmando que essa ideia está no mundo das utopias e que se estivesse concretizada na *práxis*, os estudos acerca do gênero que compreende o jornalismo investigativo não precisariam existir.

Se essa não é uma verdade absoluta, como afirma Fortes (2005, p. 8), então o leitor deve estar se perguntando o que é de fato um jornalismo de investigação? Pena (2015, p.201) afirma que o grande feito do jornalismo investigativo é “promover questionamentos e debates sobre as consequências das matérias produzidas e, assim, contribuir para aperfeiçoar a democracia”. As concepções que são entendidas como jornalismo investigativo serão respondidas no próximo item pelos autores Pena, Sequeira, Fortes, Bucci e Dines.

5.3.O que é jornalismo investigativo?

Do caso Watergate, passando pelas Diretas Já no Brasil até os dias atuais, esse jornalismo que, de acordo com alguns autores, nasceu da necessidade da prática democrática, hoje agrega um *status*, uma vez que há uma busca do jornalista por inserir, no seu material, “o selo dourado do jornalismo investigativo” (FORTES, 2005, p.15).

Dines (1986, p.92) entende que jornalismo investigativo não se limita a um jornalismo de escândalos. O investigativo “relaciona-se com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois, ao inquirir sobre as causas e origens dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece explicação da sua ocorrência”.

Fortes apresenta o conceito do jornalista Eugênio Bucci, que:

[...] define jornalismo investigativo como uma modalidade especializada que teria se desenvolvido dentro do ofício a partir de uma imposição da burocracia e de muitas das máfias nacionais que colocaram sobre o direito de informação uma cortina de fumaça — maligna e maliciosa — capaz de barrar o direito de saber de todo cidadão (BUCCI apud FORTES, 2005, p.13).

Voltando a Melo (1994) e as suas classificações de gênero, Sequeira (2005, p. 19) apresenta algumas incoerências, uma vez que o autor se utiliza da *práxis* jornalística e não reconhece o investigativo como gênero. Em termos de conceituação, Nascimento (2010, p. 10) traz o manual de reportagem da *Investigative Reporters and Editors (IRE)*¹⁴, que reúne as características de um material oriundo de jornalismo investigativo, que são: 1) A investigação deve ter sido feita pelo repórter e não ser uma reportagem sobre uma investigação feita por terceiros; 2) A pauta da reportagem deve ser de relevância para quem for consumir o conteúdo; 3) O enfoque da reportagem deve ser algo que está sendo mascarado ou escondido da sociedade em geral.

O elemento ‘algo esteja sendo escondido’ aparece também na conceituação de Sequeira (2005, p. 62). A autora defende que estatísticas, gráficos, cifras, documentos, declarações e porcentagens econômicas não caracterizam o material como jornalismo investigativo. O motivo é que esses dados podem ter sido obtidos de uma fonte oficial ou de um *release*. Nesse ponto, Sequeira encontra a principal dissonância entre interpretativo e investigativo. A disparidade

¹⁴ Entidade com mais de três mil jornalistas norte-americanos filiados.

entre os dois não está na forma de narrativa ou como se apresenta o material, mas na maneira de produzi-lo, nas técnicas de apuração e estratégias de entrevista. Em outras palavras, citando o jornalista Percival de Souza, “é o trabalho do repórter que diferencia a reportagem investigativa dos outros tipos de reportagem” (SEQUEIRA, 2005, p. 63).

Fortes (2005, p. 30) tece o “passo a passo” de como deve ser este trabalho. O primeiro passo é a “pesquisa minuciosa”, que incluem horas a fio de checagem de dados em documentos, portais ou arquivos. Para esse trabalho é exigido “paciência e concentração” do repórter, pois, uma investigação bem elaborada leva tempo e vem acompanhada de estatísticas, dados, códigos e legislações. Também é preciso “insistência e perseverança”, já que, se tratando de informações que alguém quer manter sobre sigilo, haverá muitos obstáculos pelo caminho do repórter em direção à reportagem. “Curiosidade e desconfiança”, já que a curiosidade é o que faz o ser humano olhar com mais critério para algo e desconfiança é o que faz o repórter ter cautela. É exigido “discrição” do jornalista, uma vez que um alvoroço pode despertar a atenção de quem está escondendo algo. O autor ainda sugere uma checagem incansável, uma libertação dos preconceitos (o jornalista deve tentar se despir de seus princípios religiosos e ideológicos que, muitas vezes, podem levar a reportagem para outro caminho) e, por fim, “frieza, objetividade e precisão” (FORTES, 2005, p. 30-36).

Sequeira (2005, p. 183) foi buscar no conhecimento empírico as sete fases que caracterizam um trabalho de jornalismo investigativo. Levando em consideração que cada reportagem é diferente e cada jornalista tem seus métodos, as fases propostas são: 1) Buscar um novo assunto; 2) Estudar a viabilidade da pauta; 3) A imersão do repórter no assunto abordado; 4) Criar um projeto e plano de trabalho; 5) Apurar e cruzar informações (dados, entrevistas, pesquisas); 6) Redigir o texto; 7) Editar e publicar a reportagem.

Apresentadas as categorias de classificação de jornalismo investigativo e somadas as categorias que embalam o jornalismo literário, o próximo capítulo exibirá a metodologia utilizada para análise desta pesquisa.

6. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as relações de gêneros entre jornalismo literário e jornalismo investigativo na obra “O Holocausto Brasileiro” (2013). A elaboração da fundamentação teórica é construída a partir da teoria do *newsmaking*, que parte de um princípio construtivista ao afirmar que as notícias informam e têm relação com a realidade, mas não constituem um jornalismo manipulador (PENA, 2015, p. 128).

A análise de conteúdo é a metodologia proposta. Este método desenvolveu-se nos Estados Unidos com a Escola de Jornalismo de Columbia, que foi a pioneira nos estudos quantitativos dos jornais (BARDIN, 2016, p. 21). Esta metodologia se tornou tão eficiente que se, hipoteticamente, parte da humanidade desaparecesse, e restassem apenas livros, filmes, jornais e etc, “a análise de conteúdo seria um dos métodos mais eficientes para rastrear essa civilização por sua excelente capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado” (HERSCOVITZ, 2010, p. 123).

A análise de conteúdo é definida como o:

[...] método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2010, p. 126-127).

A análise de conteúdo tem por objetivo a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura. Possui duas funções – enriquecer as alternativas exploratórias e a “administração da prova” – que podem coexistir em uma pesquisa (BARDIN, 2016, p. 35-36). Neste tipo de metodologia, os pesquisadores agem como detetives que buscam descobrir “significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados” (HERSCOVITZ, 2010, p. 127).

Esta pesquisa justifica o uso da metodologia de análise de conteúdo pela necessidade de compreender melhor a relação entre os gêneros jornalísticos no livro-reportagem, que casa com os objetivos que são propostos por Bardin (2016). Para mergulhar na análise de jornalismo

investigativo e literário, o método de análise de conteúdo se encaixa no que foi proposto – a extração de elementos do livro que comprovem ou não a presença dos conceitos, para, posteriormente, verificar os pontos de confluência e dissonância entre os gêneros.

A organização da análise de conteúdo é baseada em três fases: pré-análise (escolha dos objetos que serão analisados, hipóteses e objetivos, além da fundamentação teórica que ditará as categorias de análise), exploração do material e tratamento dos resultados (BARDIN, 2016, p. 125). Definida como a pré-análise, a metodologia desta pesquisa já apresentou os objetivos. O próximo passo é estruturar as categorias de análise a partir da revisão bibliográfica. Por fim, será apresentada e justificada a amostragem dos objetos.

6.1. Categorias de análise

Apesar de não ser obrigatória, categorização é um procedimento presente na maioria da organização de uma análise (BARDIN, 2016, p. 145). A categorização é definida como a “classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamentos segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (BARDIN, 2016, p. 145).

Essas categorias são classes que unem elementos que possuem características em comum em grupos. Os critérios para essa categorização podem ser semânticos, sintáticos, léxicos ou expressivos. A categorização implica em duas fases: a isolação dos elementos e a classificação (BARDIN, 2016, p. 145-146). Estas duas fases serão executadas conforme as orientações de Bardin (2016, p. 146), que implicam no conhecimento prévio do conteúdo a fim de conseguir classificá-lo. Esta pesquisa constrói a análise a partir de duas categorias de análise: o jornalismo investigativo e o jornalismo literário.

Para o jornalismo literário, serão utilizados nove conceitos propostos por Pena (2016) e Lima (2017). Os conceitos propostos por Pena (2016), a partir da Estrela de Sete Pontas, tem a escolha justificada como uma das melhores definições no que se refere ao jornalismo literário dentro do universo de leituras da pesquisadora. Neste sentido, as categorias de jornalismo literário, segundo Pena (2016), são: 1) Potencializar os recursos do jornalismo; 2) Ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano; 3) Proporcionar ao leitor uma ampla visão da realidade; 4) Compromisso social do jornalismo: exercer a cidadania; 5) Quebrar com o *lead*; 6) Evitar os

“definidores primários (fontes oficiais); 7) Perenidade. Os conceitos de Lima (2017) também não poderiam ficar de fora, visto sua dedicação e extensa pesquisa em jornalismo literário. A pesquisa de Lima (2017) se volta para uma lacuna existente dentro do jornalismo literário, que é a construção do texto a partir da visão de realidade do jornalista. Para abordar o tema, Lima (2017) aponta que o Jornalismo Literário Avançado possui três características: recursos operativos e técnicos que se diferem dos utilizados no jornalismo convencional, o caráter autoral do conteúdo e a visão de mundo do jornalista que fica implícita na narrativa. Um dos itens que o autor traz será excluído por já constar na classificação de Pena (2016). O próprio Lima (2017) entende que este conceito já está bem disseminado no âmbito acadêmico, que se refere aos recursos operativos e técnicos – que pode ser abrangido quando Pena (2016) fala em potencializar os recursos do jornalismo. Os outros dois conceitos serão inseridos para as categorias de análise da pesquisa, sendo: 8) caráter autoral do modelo (já que diferente do jornalismo tradicional, que possui um padrão e um modelo – utilização do *lead* –, no jornalismo literário os artifícios de linguagem, a maneira como o repórter capta e absorve o ambiente e a história, fazem a diferença na narrativa); e 9) a visão de mundo do jornalista, que ficará implícito no conteúdo (que entende a complexidade de contar uma história a partir de uma série de influências como crenças, valores, conhecimento consumido, domínio prático das ferramentas jornalísticas, entre outras questões, que constroem o que o jornalista entende por realidade (LIMA, 2017).

Para o segundo grupo de categorias de análise, relativo ao jornalismo investigativo, a pesquisadora construiu, a partir da revisão bibliográfica, uma proposta de classificação em virtude da ausência, no referencial estudado, de uma categorização que suprisse o proposto no problema de pesquisa. Sendo assim, as três primeiras características ficam por conta das propostas de Medina e Leandro (COSTA e LUCHT, 2010), que vão pontuar que o jornalismo interpretativo é: 1) Associar vários fatos que têm em comum o mesmo tempo e espaço; 2) Identificar a valorização do ser humano na reportagem; 3) Mesclar informação jornalística e conhecimento científico, a fim de criar um quadro de referências. A próxima característica é de Pena (2015): 4) promover questionamentos acerca das consequências do conteúdo jornalístico produzido. O próximo item que compõe a classificação vem de Nascimento¹⁵ (2010), do manual

¹⁵ O terceiro item proposto por Solano no *Investigative Reporters and Editors*, que afirma que jornalismo investigativo é configurado como algo que está sendo escondido ou mascarado da sociedade foi excluído da categoria de análise porque a história contada no livro não era segredo à época. A Revista Cruzeiro publicou uma série de fotos (que posteriormente deram origem ao objeto de estudo desta pesquisa) e era de conhecimento dos brasileiros as barbáries que aconteciam na instituição.

de reportagem da *Investigative Reporters and Editors*, que aponta que: 5) a investigação deve ter sido feita pelo repórter e não por terceiros. Fortes (2005) vai contribuir para as categorias de análise com o conceito de: 6) “frieza, objetividade e precisão” (FORTES, 2015, p. 36). Por fim, Sequeira (2005), aborda a última característica eleita: 7) apurar e cruzar informações (dados, entrevistas e pesquisas).

6.2.Amostragem

Pela escolha do objeto, a pesquisa utiliza uma técnica de amostragem qualitativa. Nesta abordagem, “o termo utilizado para a parte da população de objetos estudados é *corpus*. [...] As formas obedecem a critérios conceituais e não levam em conta a representatividade do material” (HERSCOVITZ, 2010, p. 129).

Para a análise, a amostragem foi definida de maneira intencional, ao utilizar quatro capítulos que, a partir do entendimento da pesquisadora, melhor representam o jornalismo investigativo e o jornalismo literário no universo retratado. Para representar o jornalismo literário foram selecionados os capítulos I e II, “O pavilhão Afonso Pena” e “Na roda da loucura”, respectivamente. E para o investigativo/interpretativo, os capítulos IV e XIV, “A venda de cadáveres” e “A herança do Colônia”, em sequência.

7. ANÁLISE

Com a finalidade de desempenhar o proposto como objetivo geral desta pesquisa, de compreender a relação de gêneros entre o jornalismo literário e o jornalismo investigativo, serão analisados quatro capítulos do livro-reportagem “O Holocausto Brasileiro”, da jornalista Daniela Arbex (2013). Nos capítulos I e II, “O pavilhão Afonso Pena” e “Na roda da loucura”, respectivamente, será analisada a presença do jornalismo literário. Nos capítulos IV e XIV, “A venda de cadáveres” e “A herança do Colônia”, a análise se debruça nos fragmentos de jornalismo investigativo.

7.1. Capítulo I – O pavilhão Afonso Pena

O primeiro capítulo inicia com a história de Marlene Laureano, uma moça que passou em um concurso público e foi contratada como atendente psiquiátrica no Hospital Colônia, em Barbacena. Foi o segundo emprego dela. Logo no início, um dos sete conceitos de Pena (2015) aparece, que é a quebra do *lead*, no primeiro parágrafo, quando Arbex abre o texto contextualizando-o:

O antigo Arraial da Igreja Nova de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo amanheceu especialmente frio naquela segunda-feira de 1975. Uma espiada pela janela azul de madeira indicava que a neblina típica dos meses de julho tomava conta da rua Demétrio Ribeiro, no bairro Santo Antônio. Lá dentro da casa rosa de oito cômodos, Marlene Laureano se preparava para sair. Filha de mãe italiana e pai descendente de índios, a moça de vinte anos estava apreensiva. Antes das 5 horas da manhã, ela deixou o quarto e seguiu em direção à cozinha, onde a mãe esquentava leite no fogão à lenha. Vestida com calça de linho roxo e blusa rosa de algodão, roupa que só usava em ocasiões especiais, tomou o rápido café, despedindo-se em seguida (ARBEX, 2013, p. 21).

Enquanto conta a história de Marlene chegando no Pavilhão Afonso Pena, o texto de Arbex (2013) demarca outras duas características do conceito proposto pelo autor. A primeira é a potencialização de recursos jornalísticos, que é vista por Pena (2015) como a criação de novas estratégias narrativas, a partir do conhecimento adquirido anteriormente no jornalismo diário. A segunda é ultrapassar os limites do cotidiano, ou seja, não há uma preocupação em

trazer dados atuais e periódicos e também não se trata de notícias corriqueiras a que estão habituados os leitores como taxa de juros, sessões políticas, agricultura. Os trechos abaixo denotam as características:

O barulho da água caindo dentro do balde a despertou. Marlene iniciava agora a lavagem de toda a ala, na tentativa de desinfetar o chão impregnado pelo cheiro de fezes e urina não só humanas, mas também dos ratos que dividiam espaço com os pacientes do Colônia, considerado o maior hospício do Brasil. Ao esfregar a vassoura contra o piso, a jovem viu o emprego dos sonhos transformar-se em pesadelo. Começara a trabalhar num campo de concentração travestido de hospital. Apesar de estar tomada pela indignação, sentiu-se impotente diante da instituição tradicional que mantinha, com o apoio da Igreja Católica, as portas abertas desde 1903 (ARBEX, 2013, p. 25).

Em 1930, com a superlotação da unidade, uma história de extermínio começou a ser desenhada. Trinta anos depois, existiam 5 mil pacientes em lugar projetado inicialmente para 200. A substituição de camas por capim foi, então, oficialmente sugerida, pelo chefe do Departamento de Assistência Neuropsiquiátrica de Minas Gerais, José Consenso Filho, como alternativa para o excesso de gente. [...] Somente em 1980, quando os primeiros ventos da reforma psiquiátrica no Brasil começaram a soprar por lá, é que os gemidos do desengano foram sendo substituídos por alguma esperança (ARBEX, 2013, p. 26).

Além destes dois trechos, as características ainda aparecem outras três vezes. A primeira é quando contextualiza brevemente a história da origem do Colônia e dos chamados hospícios que se mantiveram durante décadas no Brasil do século XX. Mais à frente, também são identificadas quando são descritos os métodos utilizados para conter os pacientes, como o uso imoderado de eletrochoques e a aplicação de injeções sem a prescrição médica. Por fim, o texto ultrapassa os limites do cotidiano quando apresenta a história de uma das pacientes, que foi mandada para a instituição sem diagnóstico.

Em seguida, a narrativa faz a ambientação do pavilhão Afonso Pena e traz números como o dos 70 mil mortos nas dependências da instituição ao longo dos anos de funcionamento. A maneira como os pacientes chegavam ao Colônia também é descrita neste capítulo. Eram os chamados “trens de doido”, que levavam pessoas amontoadas, semelhante ao que os nazistas faziam com os judeus na II Guerra Mundial. Aqui, já é possível perceber a terceira característica proposta por pena para o jornalismo literário: a ampla visão da realidade, que se trata do aprofundamento exaustivo do fato. Ampla visão da realidade não pode ser compreendida como sinônimo de visão de mundo, mas sim da incansável busca do repórter atrás das informações

que tragam o melhor contexto possível e possam situar o leitor sobre os fatores envolvidos (PENA, 2015, p. 14). Os trechos abaixo são demonstrativos:

Desde o início do século XX, a falta de critérios médicos para as internações era rotina no lugar onde se padronizada tudo, inclusive os diagnósticos. Maria de Jesus, brasileira de apenas vinte e três anos, teve o Colônia como destino, em 1911, porque apresentava tristeza como sintoma. Assim como ela, a estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, o Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos (ARBEX, 2013, p. 25-26).

Os deserdados sociais chegavam a Barbacena de vários cantos do Brasil. Eles abarrotavam os vagões de carga de maneira idêntica aos judeus levados, durante a Segunda Guerra Mundial, para os campos de concentração nazistas de Auschwitz (ARBEX, 2013, p. 27).

Além desses trechos, é possível afirmar que o livro proporciona uma ampla visão da realidade pela apuração, quantidade de pacientes, ex-funcionários e pessoas entrevistadas que durante algum tempo estiveram envolvidas com o universo do hospital psiquiátrico de Barbacena.

Para construção do material, Arbex (2013) entrevistou os personagens que possuem suas histórias descritas no livro, como a antiga funcionária do Colônia Marlene Laureano. Esse fator, de buscar pelos protagonistas dos acontecimentos no hospital mineiro, correspondem a outra conceituação de Pena (2015), que é de evitar os definidores primários, ou seja, as fontes que sempre têm voz nos veículos de comunicação. Essa característica fica evidente quando a jornalista conta a história de um dos pacientes, Antônio Gomes da Silva:

[...] Dentro da unidade, manteve-se calado durante vinte e um dos trinta e quatro anos em que ficou internado. Considerado mudo, soltou a voz, um dia, ao ouvir a banda de música do 9º Batalhão de Polícia Militar. – Por que você não disse que falava? – perguntou um funcionário da unidade, surpreso com a novidade. –Uai, nunca ninguém perguntou (ARBEX, 2013, p. 33).

Além do trecho que explicita, a classificação de evitar os definidores primários aparece outras quatro vezes ao buscar fontes que não eram ditas oficiais, mas sim protagonistas desta história, como pacientes e ex-funcionários.

O capítulo ainda traz as experiências de eletrochoque que aconteciam na instituição, a história de outro paciente, Antônio da Silva, conhecido como Toninho, e do funcionário Geraldo Magela Fraco, que admitiu que nem sempre os pacientes recebiam cargas de eletrochoque com finalidades terapêuticas. O médico Ronaldo Simões Coelho também trabalhou no hospital e confirma o procedimento. O capítulo segue narrando experiências de Francisca Moreira dos Reis – conhecida como Chiquinha –, funcionária da cozinha, que se candidatou a uma vaga de atendente de enfermagem, e da colega Maria do Carmo. O teste para a vaga pretendida era realizar uma sessão de choque em pacientes masculinos. Um dos pacientes morreu.

Os outros dois fatores propostos por Pena (2015) para definir o jornalismo literário, que são a perenidade e o exercício da cidadania, ficam explícitos pelo contexto social que envolve a narrativa a importância da obra em apresentar e manter, na memória dos brasileiros, um capítulo triste de violação dos direitos humanos que, antes da obra, talvez poucos conhecessem.

Os últimos itens da categoria de análise, propostos por Lima (2017), estão presentes no texto de Arbex (2013) de maneira mais incorporada, que são o caráter autoral do texto e a construção da narrativa a partir da visão de realidade da autora. O caráter autoral é percebido pela escrita, que não segue um padrão e não está de acordo com a fórmula do jornalismo tradicional – *lead*. Ainda, o caráter autoral também é a maneira como Arbex (2013) conta essa história: a sensibilidade e os elementos de linguagem que são usados a partir da forma como ela observa a vida – seus medos, angústias, preconceitos, de um modo geral sua bagagem cultural – que é inerente à investigação e o jeito como a repórter vai conduzir a apuração. A sensibilidade da jornalista é o caráter autoral do livro-reportagem.

O segundo conceito de Lima (2017), que se refere à maneira como o jornalista cria a realidade e como isso fica implícito no texto, é possível perceber a partir da escolha da pauta e pela autora acreditar que esta era uma história que precisava ser contada; e por segundo pelos elementos que Arbex (2013) traz ao público. Ou seja, contar a intimidade dos personagens com os quais ela criou uma empatia ou então relacionar o que aconteceu no hospital Colônia aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, em que os nazistas mataram judeus aos milhares em campos de concentração.

Além de identificar fatores do jornalismo literário, também é possível observar a presença de elementos do jornalismo investigativo, segundo o proposto na categoria de análise. O primeiro item, que é associar vários fatos que têm em comum o mesmo tempo e espaço, fica

explícito com a mescla de histórias que a jornalista conta, que têm em comum a vida na instituição psiquiátrica de Barbacena, no século XX. Também é possível notar a valorização do ser humano na reportagem, a partir do momento em que Arbex (2013) dá voz e conta a história de pessoas que durante décadas eram tachados de loucos e rejeitados socialmente. Como nos trechos abaixo:

As mulheres andavam em silêncio na direção do Departamento A, conhecido como Assistência. Daquele momento em diante, elas deixavam de ser filhas, mães, esposas, irmãs. As que não podiam pagar pela internação, mais de 80%, eram consideradas indigentes. Nesta condição, viam-se despidas do passado, às vezes, até mesmo da própria identidade. Sem documentos, muitas pacientes do Colônia eram rebatizadas pelos funcionários. Perdiam o nome de nascimento, sua história original e sua referência, como se tivessem aparecido no mundo sem alguém que as parisse (ARBEX, 2013, p. 29-30).

A terceira categoria de Leandro e Medina (apud COSTA e LUCHT, 2010) é a união de informação jornalística e conhecimento científico, a fim de criar um quadro de referências. Ela também aparece no primeiro capítulo, em um trecho que também aponta outro conceito proposto por Seixas (2005), que é apurar e cruzar informações:

A eletroconvulsoterapia existe, desde 1938, para tratamento de doenças mentais, mais seu uso, no século passado, foi muito controverso. A tecnologia do eletrochoque se modernizou há um par de décadas, sendo utilizada nos dias atuais com fins terapêuticos para alguns tipos de transtornos, como a depressão profunda, embora existam correntes contrárias ao seu uso. No Brasil, o método só passou a ter mais controle em 2002, quando o Conselho Federal de Medicina estabeleceu regras específicas para a adoção da técnica, como a necessidade de aplicar anestesia geral (ARBEX, 2013, p. 36).

Por fim, ainda é possível mencionar a classificação de Pena (2015) para o investigativo, que é promover questionamentos acerca das consequências do conteúdo jornalístico produzido, presente na narrativa de Arbex (2013), a partir do momento em que as histórias dos pacientes são expostas e são descritos procedimentos bárbaros e condições de vida precárias.

7.2. Capítulo II – Na roda da loucura

O próximo capítulo, conforme o proposto na metodologia, inicia contextualizando a rotina na instituição a partir das memórias de um dos funcionários, já mencionado no capítulo I, Geraldo Magela Franco. As próximas páginas de “Na roda da loucura” contam a história de Sônia Maria da Costa, que não tinha diagnóstico de doença mental e não sabe como chegou ao hospital.

O primeiro parágrafo do capítulo já apresenta pelo menos 4 características de jornalismo literário: a quebra do *lead*; potencializar os recursos jornalísticos; ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano e proporcionar uma ampla visão de realidade. Esses elementos ficam presentes quando Arbex (2013) relata como eram os dias no Colônia. Os últimos três itens de análise ainda são vistos novamente na narrativa, quando Arbex (2013) conta a história de uma das pacientes, Sonia Maria da Costa:

Fome e sede eram sensações permanentes no local onde o esgoto que cortava os pavilhões era fonte de água. Nem todos tinham estômago para se alimentarem de bichos, mas os anos no Colônia consumiam os últimos vestígios de humanidade. Além da alimentação racionada, no intervalo entre o almoço e o jantar, servidos ao meio dia e às 5 horas da tarde, os pacientes não comiam nada. O dia começava com café, pão e manteiga distribuídos somente para os que estivessem na fila. A alimentação empobrecida não era a única a debilitar o organismo. Apesar de o café da manhã ser fornecido às 8h, três horas antes os pacientes já tinham que estar de pé. Eles seguiam para o pátio de madrugada, inclusive em dias de chuva (ARBEX, 2013, p. 47).

Sônia cresceu sozinha no hospital. Foi vítima de todos os tipos de violação. Sofreu agressão física, tomava choques diários, ficou trancada em cela úmida sem um único cobertor para se aquecer e tomou as famosas injeções de ‘entortar’, que causavam impregnação no organismo e faziam a boca encher de cuspe. Deixada sem água, muitas vezes, ela bebia a própria urina para matar a sede (ARBEX, 2013, p. 51).

Neste trecho, assim como nos que seguem, quando a jornalista fala do frio e de como os pacientes faziam para se aquecer, é possível notar também vestígios de jornalismo investigativo. A investigação da repórter é profunda ao ponto de buscar informações sobre a dieta dos pacientes e o que eles comiam ao acordar. Neste trecho, nota-se que o jornalismo investigativo, apesar de discreto, é essencial para contar essa história. Ele funciona como os pilares de sustentação da história. Os artifícios do jornalismo literário são como o reboco da história,

acrescentados no fim e imprescindíveis para criar um sentimento de identificação e comoção em quem lê a história. Exemplo disso é quando Arbex (2013) apura informações sobre a alimentação para dizer que isso não era a única coisa que debilitava o organismo dos pacientes. É uma combinação magistral e inevitável, de modo que um gênero não funciona sem o outro.

O item proposto por Medina e Leandro (apud COSTA e LUCHT, 2010), a respeito do jornalismo investigativo, que é a valorização do ser humano na reportagem, é notado de forma substancial:

O frio cortava a pele exposta, fazia os músculos enrijecerem e a boca secar até ganhar feridas. Embora fosse mais fácil culpar os pacientes por exporem o corpo sem pudor, a nudez não era uma opção. Muitas vezes eram peças únicas, por isso, no dia em que elas eram recolhidas para a lavanderia, o interno não tinha o que vestir. Se não conseguisse recorrer à caridade alheia, por meio de doações, era obrigado a entregar-se à exposição indesejada (ARBEX, 2013, p. 48).

Ao seguirem pelados para o pátio, os considerados loucos iniciavam o mesmo ritual da madrugada anterior. Em movimentos ritmados, agrupavam-se tão próximos, que formavam uma massa humana. Vagavam juntos, com os braços unidos, para que o movimento e a proximidade ajudassem a aquecer. Os de dentro da roda, mais protegidos do vento, trocavam de lugar com os de fora. Assim, todos conseguiam receber calor, pelo menos por algum tempo (ARBEX, 2013, p. 48).

Os que ainda vestiam alguma coisa entregavam os trapos para acender fogueira. Nem sempre havia pano suficiente para alimentar o fogo, mas cada um procurava colaborar com o que dispunha. Difícil imaginar que, no meio ao abandono extremo, ainda restasse forças para ajudar (ARBEX, 2013, p. 48).

Logo após, a história de Sônia Maria da Costa segue delineando características do jornalismo literário. Outra vez é possível observar a categoria que evita os definidores primários, uma vez que a jornalista não utiliza fontes oficiais para falar como era o dia a dia na instituição, como por exemplo o diretor do Colônia na época ou uma fonte oficial do governo. Quem escancara o que acontecia nos pavilhões são os pacientes e ex-funcionários. O exercício da cidadania também é notado no capítulo, que é ajudar a construir e instruir os cidadãos a fim de tornar o mundo um lugar melhor, por mais chique que possa soar (PENA, 2015, p. 15).

Apesar de o capítulo trazer informações sobre como estava a vida de Sonia Maria da Costa em 2013, quando foi morar com uma amiga em uma unidade terapêutica e pode experimentar o que significava o respeito e a privacidade, também é possível flertar com uma

das pontas da estrela de Pena (2015), que é a perenidade. Sonia e a amiga passaram a receber auxílio do governo. Neste contexto, antes de explanar sobre a perenidade, há outro trecho que enfatiza a ampla visão da realidade (PENA, 2015), em um tom de denúncia:

Empoderadas financeiramente, Sônia e Tereza passaram a consumir. O mesmo aconteceu com outros 160 pacientes que ocupam as vinte e oito residências terapêuticas existentes em Barbacena. A injeção de recurso na economia seduziu o comércio local. De lá para cá, os loucos que tanto envergonharam a cidade passaram a ser disputados por vendedores e lojistas (ARBEX, 2013, p. 54).

O capítulo relaciona os fatos da vida de Sônia e pincela qual era sua situação nos anos 2000, mas ainda assim não é efêmero. Sobre a perenidade, o dono do conceito da Estrela de Sete Pontas vai dizer que “um bom livro permanece por gerações, influenciando o imaginário coletivo e individual em diferentes contextos históricos” (PENA, 2015, p. 15). Para alcançar a perenidade, o autor dita que “é preciso fazer uma construção sistêmica do enredo, levando em conta que a realidade é multifacetada, fruto de infinitas relações, articulada em teias de complexidade e indeterminação” (PENA, 2015, p. 15). Pena (2015) ainda relaciona a perenidade com o medo da morte, em que o escritor vai buscar deixar a permanência do conteúdo e sua contribuição para as próximas gerações, o que é possível observar também no segundo capítulo de “O Holocausto Brasileiro” (ARBEX, 2013).

Assim como no capítulo I, neste capítulo os conceitos de Lima (2017) são percebidos de maneira mais abrangente e intangível. O caráter autoral do texto segue a partir da desconstrução do *lead* e da utilização de elementos narrativos específicos dominados por Arbex (2013). A visão de mundo da jornalista, a sua percepção de realidade e como isso é percebido no texto, são elementos que podem ser notados a partir das histórias que ela conta, dos detalhes que ela acrescenta, como a sede a fome nos quais os pacientes eram submetidos. Ou seja, são informações importantes que não poderiam faltar, uma vez que, na construção de mundo de Arbex (2013), são fatos relevantes.

A análise dos dois próximos capítulos, o IV que é “A venda de cadáveres” e o XIV que é “A herança do Colônia, volta a atenção para a presença do jornalismo investigativo, a partir da categoria esquematizada pela pesquisadora. Porém, como nestes, não se deixa de avaliar os preceitos do jornalismo literário, justamente buscando responder à questão que norteia a presente pesquisa, dos elementos de confluência e de distinção dos gêneros.

7.3. Capítulo IV – A venda de cadáveres

O capítulo IV, intitulado “A venda de cadáveres” inicia com o ambiente de uma das testemunhas do comércio ilegal de corpos: o professor universitário Ivanzir Vieira. O farmacêutico presenciou a cena dos cadáveres de pacientes do Colônia dispostos no chão da Universidade Federal de Juiz de Fora. Após o depoimento de Ivanzir, Arbex (2013) traz outro personagem que escreveu um artigo e também presenciou esse comércio: o médico psiquiátrico Paulo Henrique Alves. A turma de Paulo manuseava os cadáveres nas aulas de medicina. O depoimento de Ivanzir foi obtido por Arbex enquanto ainda realizava as reportagens para o jornal “A Tribuna de Minas”, sendo que quando a jornalista retornou para entrevistá-lo, desta vez para o livro, ele já havia falecido.

Com essa união das duas histórias, de Ivanzir e Paulo, já é possível inserir um dos itens da categoria de análise do jornalismo investigativo, que é a associação de vários fatores que têm em comum o mesmo tempo e espaço, propostos por Medina e Leandro (apud COSTA e LUCHT, 2010).

O segundo item proposto como categoria de análise, também de Medina e Leandro (apud COSTA e LUCHT, 2010), é a valorização do ser humano na reportagem, que aparece quando é descrita a cena dos corpos jogados no chão da universidade, como no trecho a seguir:

[...] No pátio interno da faculdade havia dezenas de cadáveres espalhados pelo chão em grotescas posições. Parecia que um maníaco sexual havia passado por ali. Os corpos das mulheres, com as saias ou camisolas erguidas, pernas abertas, desnudando sua intimidade. Os homens, com as calças e cuecas – sujas umas, imundas outras – baixadas. As fisionomias eram pálidas, esquálidas. Barbas crescidas, cabelos desgrenhados, pareciam egressos de um manicômio. O cheiro não deixava dúvida de que estavam mortos havia dias (ARBEX, 2013, p. 72).

A valorização do ser humano pode ser notada ainda nas páginas que seguem quando Arbex (2013) aprofunda sua narrativa sobre o comércio de cadáveres. Como no trecho que segue:

Além daqueles trinta cadáveres, 1.823 corpos foram vendidos pelo Colônia para dezessete faculdades de medicina do país entre 1969 e 1980. Como a subnutrição, as péssimas condições de higiene e de atendimento provocaram mortes em massa no hospital, onde registros da própria entidade apontam dezesseis falecimentos por dia, em média, no período de maior lotação. A partir de 1960, a disponibilidade de cadáveres acabou alimentando uma macabra indústria de venda de corpos (ARBEX, 2013, p. 76).

Em seguida, a jornalista apresenta dados referentes aos preços que eram atribuídos aos corpos. De certa maneira, é possível extrair, dos parágrafos, a terceira característica de Medina e Leandro (apud COSTA e LUCHT, 2010), que é mesclar informação jornalística e conhecimento científico:

Os corpos dos transformados em indigentes foram negociados por cerca de cinquenta cruzeiros cada um. O valor atualizado, corrigido pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, é equivalente a R\$ 200 por peça. Entre 4 a 19 de novembro de 1970, foram enviados para a Faculdade de Medicina de Valença quarenta e cinco cadáveres negociados por 2.250 cruzeiros o lote. Corrigido pelo IGP-Di, o lote saiu a R\$ 8.338,59. Em uma década, a venda de cadáveres atingiu quase R\$ 600 mil, fora o valor faturado com o comércio de ossos e órgãos (ARBEX, 2013, 77).

Quando Arbex (2013) faz a correção monetária, a partir do Índice Geral de Preços¹⁶ (IGP-DI), ela está se apropriando de informação da área da economia e traduzindo para o público em geral. Neste item, o repórter faz algo também conhecido como jornalismo científico, que é utilizar o conhecimento produzido por cientistas e traduzir para a população geral, de modo a contribuir com o desenvolvimento do meio social. O trecho acima ainda configura a valorização do ser humano na reportagem e a quarta categoria, proposta por Pena (2015): a promoção de questionamentos acerca do conteúdo produzido. Isso fica claro a partir do momento em que a repórter apresenta os valores e diz que um corpo humano era vendido por R\$ 200 e propõe as seguintes reflexões: quanto valia a vida dessas pessoas? Além de todo o constrangimento passado em vida e da falta de dignidade humana a qual esses pacientes eram expostos, eles ainda se tornavam produtos, passíveis de comércio? O que acontecia com a nossa sociedade à época que fechava os olhos para essas barbáries? Ao levantar essas questões, já é possível relacionar esse trecho com uma das categorias do jornalismo literário, que é o exercício da cidadania, afinal, há uma pausa para reflexão a partir do que é contado no livro.

¹⁶ Estatística da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mede a inflação de produtos em determinado período.

Nas próximas páginas, Arbex (2013) se explica por não ter conseguido entrevistar Ivanzir novamente, já que ele havia falecido meses antes dela procurá-lo. Ao narrar sua saga em busca do farmacêutico, identifica-se o conceito de Nascimento (2010) que diz que a investigação deve ter sido feita pelo repórter e não por terceiros:

Estava decidida a saber tudo sobre ele e, principalmente, sobre o que aconteceu naquele dia em que ele testemunhou o comércio de corpos. Embora o professor não tivesse mencionado datas na sua mensagem, pude reconstituí-las com base nos documentos pessoais e no material que recolhi no hospital. Na carteira de trabalho de Ivanzir, descobri que ele também foi professor no Granbery, dando aulas no instituto de 1º de março de 1967 a 30 de julho de 1970. A contratação na UFJF se deu em 11 de março de 1968. Como uma das remessas de corpos para a UFJF ocorreu em fevereiro de 1970, pude fechar as datas, já que em julho daquele ano ele se desligou do Granbery. Também confirmei que, em 1970, Salvador era técnico de anatomia da Faculdade de Medicina da UFJF (ARBEX, 2013, p. 81).

O trecho acaba se encaixando em outra categoria, que é proposta por Sequeira (2005), que aponta para o jornalismo investigativo quando o repórter apura e cruza as informações como dados, pesquisas e entrevistas. É o que se nota no capítulo IV, quando a jornalista busca datas, vai atrás das fontes e faz as ligações.

O conceito proposto por Fortes (2005), na categoria de análise, que é a frieza, objetividade e precisão foi encontrado em partes, mas não em absoluto. Isso porque a frieza não pode ser observada no capítulo. O envolvimento de Arbex (2013) no livro e os artifícios utilizados por ela para construção da narrativa não denotam uma frieza ou distanciamento da história. Pelo contrário, é possível notar um engajamento da jornalista com o material escrito. Enquanto a frieza e a objetividade não aparecem, a busca por precisão, ou seja, por trazer informações exatas, é notada. Trechos que demonstram isso é quando a autora traz a correção da moeda pela inflação oficial, ou quando fala o preço exato de venda dos cadáveres.

Obstante que no capítulo IV a proposta é analisar a presença de jornalismo investigativo, não se pode deixar de mencionar que também foram percebidos elementos de jornalismo literário na narrativa. Da Estrela de Sete Pontas (PENA, 2015), além do exercício da cidadania, há a quebra do *lead*, são ultrapassados os limites do cotidiano, potencializados os recursos do jornalismo, é proporcionado uma ampla visão da realidade, são evitados os definidores primários e a perenidade é observada, também.

A quebra do *lead* está nos primeiros parágrafos do capítulo, que não primam por aquela conhecida fórmula como se observa abaixo:

O sino do Instituto Granbery, em Juiz de Fora, acabara de soar anunciando o término da aula. O professor Ivanzir Vieira despediu-se dos alunos e rapidamente ganhou a calçada da rua Batista de Oliveira, naquele março de 1970. Caminhava em direção à Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, localizada na rua Espírito Santo, a dez minutos dali. Estava a um mês de completar três anos de admissão no ensino superior, mas sentir como se tivesse conquistado a vaga ontem. Aos trinta anos, largou o emprego estável na indústria de cigarros, a Souza Cruz, em Poços de Caldas (MG), ao perceber que estava colocando todo seu conhecimento em prol de uma causa que não era sua. Formado em farmácia pela UFJF, tinha outros ideais, como a pesquisa e o ingresso na academia, que acabou acontecendo em 27 de março de 1968, dois anos depois de sua saída da indústria (ARBEX, 2013, p. 71).

A ampla visão da realidade (PENA, 2016), bem como o caráter autoral do relato (LIMA, 2017), aparecem de maneira mais abrangente pelo conteúdo relatado, pelo aprofundamento no assunto e pela interpretação dos dados, como o valor que era conferido aos cadáveres. Bem como essa categoria, as demais, já citadas, ultrapassar os limites do cotidiano, potencializar os recursos do jornalismo, evitar os definidores primários, estabelecer a perenidade no material (PENA, 2016) e explicitar a visão de mundo da jornalista (LIMA 2017), são notadas de maneira mais absoluta. Ou seja, a partir do momento em que se traz um assunto delicado, como o comércio de corpos humanos – que eram submetidos a condições indignas – dentro de um livro que traz à tona um recorte dos acontecimentos em um hospital psiquiátrico, se quebra com os limites do cotidiano, se potencializam os recursos do jornalismo, e se atribui ao conteúdo a perenidade. O entendimento de realidade de Arbex (2013) também pode ser compreendido a partir do momento em que há um teor de impacto diante do que acontecia – venda de corpos humanos. O próximo subitem vai analisar o último capítulo proposto nessa pesquisa, que é “A herança do Colônia”.

7.4. Capítulo XIV – A herança do Colônia

O capítulo XIV, denominado “A herança do Colônia”, que é o último do livro, retoma a história da Marlene Laureano, vista no primeiro capítulo da narrativa. Aqui, Arbex (2013) traz informações relativas à vida da ainda funcionária do Colônia em 2013. Também conta que

Marlene se emocionava com as histórias de vida dos pacientes e não conseguia ser passiva quanto a solução dos problemas. Foi o que fez com a paciente Izabel Teixeira de Magalhães, que deu entrada no Colônia após ser forçada pelo marido. Sem histórico de doença mental, a família sempre achou que ela havia desaparecido, até que a funcionária entregou uma carta de Izabel ao seu filho. A ação de Marlene proporcionou a saída de Izabel da instituição para viver com o filho e a nora. No capítulo também são abordadas informações acerca dos pacientes, da instituição e, por fim, a jornalista faz um apanhado geral de suas impressões sobre esta triste história do Brasil. Neste trecho do texto, é possível notar o caráter autoral, que é uma das características do jornalismo literário, segundo o proposto por Lima (2017). É a repórter Daniela Arbex dizendo suas impressões de maneira mais consciente possível.

Uma das características do jornalismo investigativo, que é a valorização do ser humano na reportagem, proposta por Medina e Leandro (COSTA e LUCHT, 2010), é notada logo nas primeiras páginas do último capítulo. Ao descrever e atualizar a história de Marlene, Arbex (2013) utiliza ferramentas de linguagem que aproximam e criam uma identificação com a funcionária. Apesar de ter se calado aos horrores que aconteciam no Colônia, é possível perceber, através do que é contado, que a funcionária nunca compactuou com a metodologia da instituição. Um dos trechos que aponta essa constatação é quando é contada a preocupação de Marlene com os pacientes:

Marlene seguiu descontruindo regras, vendo humanidade onde a maioria só enxergava escória. Acolheu em vez de segregar. Incomodou por acreditar que a recuperação caminha lado a lado com cuidado. Em 2008, foi eleita Funcionária Lição de Amor entre os colegas que hoje integram a estrutura composta pelo Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena e o hospital regional, ambos geridos pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig). [...] Mas o título de mãe lhe foi dado por dezenas de pacientes que encontraram nela tratamento digno. Apesar de ter tentado fazer a diferença, ela partilha com outros funcionários o arrependimento por ter compactuado com os abusos (ARBEX, 2013, p. 252).

A característica que preza pela valorização da vida é a que mais aparece no capítulo “A herança do Colônia”, sendo visualizada mais duas vezes. A primeira é quando se fala sobre qual era a situação da instituição em 2013. A segunda é nas últimas páginas, quando a jornalista faz um resumo final de suas impressões acerca dos horrores ocorridos em Barbacena. Os dois trechos abaixo representam a constatação, respectivamente.

[...] É a chance de os moradores que sempre deram as costas para seu hospício encararem-no e o revistarem, a partir da implantação de projetos culturais e de inclusão. Mas o fim dos pacientes não será o último capítulo da história que apenas começa a ser revelada. Se o Colônia foi o que fez mais vítimas no país, cerca de 60 mil brasileiros entre 1930 e 1980, a tragédia que ele produziu está longe de ser superada (ARBEX, 2013, p. 253).

Ontem foram os judeus e os loucos, hoje os indesejáveis são os pobres, os negros, os dependentes químicos, e, com eles, temos o retorno das internações compulsórias temporárias. Será a reedição dos abusos sob a forma de política de saúde pública? O país está novamente dividido. Os parentes dos pacientes também. Pouco instrumentalizadas para lidar com as mazelas impostas pelas drogas e pelo avanço do crack, as famílias continuam se sentindo abandonadas pelo Poder Público, reproduzindo, muitas vezes involuntariamente, a exclusão que as atinge (ARBEX, 2013, p. 255).

A característica do jornalismo investigativo, que é a valorização do ser humano na reportagem tem uma afinidade e estabelece relações com o jornalismo literário. Além do caráter autoral, ela flerta com o item proposto por Pena (2016), que fala sobre o papel social do jornalista: o exercício da cidadania. Quando ela questiona o local dos marginalizados socialmente, Arbex (2013) está exercendo seu papel como jornalista. Em certo momento do documentário “O Holocausto Brasileiro” (HBO, 2016), a repórter conta a pergunta que ela fez para todos os entrevistados: “de quem é a culpa?”, até chegar em uma das mulheres que afirma que a culpa é coletiva. Essa busca incansável por achar um culpado, por responsabilizar alguém, é, ao mesmo tempo, demasiadamente humana e autoral, e demonstra a responsabilidade do jornalista de tentar elucidar quem ajudou a tornar essa tragédia possível.

A segunda característica do jornalismo investigativo, proposta por Medina e Leandro (COSTA e LUCHT, 2010), que é associar vários fatos que têm em comum o mesmo tempo e espaço, é percebida na narrativa do capítulo. A primeira quando relaciona Marlene e Izabel, que apesar de estarem em condições diferentes – funcionária e paciente – são protagonistas da mesma história: o hospital psiquiátrico de Barbacena:

Marlene tinha medo de ser descoberta infringindo as normas do Colônia, embora as súplicas de Izabel a tivessem comovido. No dia seguinte, quando a funcionária foi buscar as roupas no pavilhão em que a paciente estava, esta a chamou – Você deixou essa peça para trás – Ao abrir a roupa, havia uma carta escrita por Izabel Teixeira de Magalhães para o filho José Maria, que residia em Montes Claros, norte de Minas. Tremendo, Marlene andava de um lado para o outro sem saber onde esconder o papel. À noite, quando chegou em casa, leu o conteúdo da correspondência e se sensibilizou com o pedido de socorro feito pela mulher. No dia seguinte, colocou a carta no correio. Sabia que o gesto poderia lhe custar o emprego, mas sentia-se na obrigação de fazer algo por aquela senhora (ARBEX, 2013, p. 249).

A segunda vez em que aparece tal categoria é quando a jornalista relaciona a história dos pacientes, mas, mais do que isso, relaciona alguns episódios tristes da história do Brasil, caracterizando assim a relação de vários elementos no mesmo tempo e espaço. Isso pode ser percebido no trecho abaixo:

Compartilhar o sofrimento de Conceição Machado, Sueli Rezende, Silvio Savat, Sônia Maria da Costa, Luiz Pereira de Melo, Elza Maria do Carmo, Antônio Gomes da Silva e tantos outros brasileiros que resistiram ao nosso holocausto é uma maneira de manter o passado vivo. Tragédias como a do Colônia nos colocam frente a frente com a intolerância social que continua a produzir massacres: Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Favela da Chatuba são apenas novos nomes para velhas formas de extermínio (ARBEX, 2013, p. 255).

A última classificação proposta pelos autores Medina e Leandro (COSTA e LUCHT, 2010), para o jornalismo interpretativo/investigativo, que é mesclar informação jornalística e conhecimento científico, não foi identificada. Em determinado momento do capítulo, Arbex (2013) traz informações sobre a expectativa de vida dos pacientes e outras informações sobre o prédio que abrigava a instituição, mas que são entendidas como puramente informações jornalísticas. A característica proposta por Fortes (2005), Frieza, precisão e objetividade, está presente no presente, mas não de maneira completa. A frieza não é observada em nenhum dos capítulos analisados, uma vez que o observado, no livro-reportagem, é uma imersão da jornalista no conteúdo documentado, que configura o caráter autoral do material, conforme o proposto por Lima (2017). Porém a precisão do conteúdo é observada, pela preocupação da autora em trazer datas e estatísticas precisas. Como quando contextualiza um reencontro entre mãe e filho, “em 17 de junho de 1984, domingo, Marlene estava de folga do trabalho [...]” (Arbex, 2013, p. 250). Partindo da ideia de que a objetividade é algo mais inconsciente e particular, é possível associar o conceito a busca da repórter pela informação de fato objetiva. Porém não é possível afirmar que a informação é ‘objetiva’, ainda que imparcialidade não exista como citam Bulhões (2007) e Pena (2016), há o claro posicionamento de Arbex (2013) no texto.

Seguindo nas características da categoria de análise, o conceito de Pena (2016) diz respeito à promoção de questionamentos que abordem as consequências do conteúdo jornalístico produzido. É possível notar a presença dessa classificação neste capítulo, assim como nos demais citados, a partir do momento em que Arbex (2013) se propõe a refletir tragédias que aconteceram na sociedade brasileira que sempre acabaram por vitimar pobres,

“loucos”, usuários de droga, alcoolistas e minorias sociais. Como observado no último parágrafo do livro:

O fato é que a história do Colônia é a nossa história. Ela representa a vergonha da omissão coletiva que faz mais e mais vítimas no Brasil. Os campos de concentração vão além de Barbacena. Estão de volta nos hospitais públicos lotados que continuam a funcionar precariamente em muitas outras cidades brasileiras. Multiplicam-se nas prisões, nos centros de socioeducação para adolescentes em conflito com a lei, nas comunidades à mercê do tráfico. O descaso diante da realidade nos transforma em prisioneiros dela. Ao ignorá-la, nos tornamos cúmplices dos crimes que se repetem diariamente diante de nossos olhos. Enquanto o silencia acobertar a indiferença, a sociedade continuará avançando em direção ao passado de barbárie. É tempo de escrever uma nova história e de mudar o final (ARBEX, 2013, p. 255).

A categoria de análise também é composta pelo item de Nascimento (2010) que reafirma que a investigação deve ter sido feita pelo repórter e não por terceiros. Sem um trecho em específico para exemplificar, a presença da característica fica clara de maneira geral, se levado em consideração que Arbex (2013) precisou reunir as informações como as histórias de vida e as informações sobre pacientes e sobre o prédio que abrigou o Hospital Colônia. O que aponta para esse trabalho da jornalista é o fato de não ter nenhum material pronto disponível ou divulgado por alguma assessoria de comunicação. Esse contexto se relaciona com o último item da análise, proposto por Sequeira (2005), que diz respeito à apuração e ao cruzamento de informações (dados, entrevistas e pesquisas) e que também se faz presente a partir dos motivos elencados acima.

Além do jornalismo investigativo constatado no livro, também é possível perceber a presença do jornalismo literário em “A herança do Colônia”. A partir dos conceitos propostos por Pena (2015), utilizado para esta categoria de análise, na Estrela de Sete Pontas, o primeiro que aparece é a quebra do *lead*, a partir do momento em que o capítulo começa sua narrativa contextualizando detalhes da funcionária do Colônia. Até mesmo porque são muitas informações em que não seria possível constituir uma ordem de relevância das perguntas, como no *lead*. Como se observa abaixo:

A poucos metros de casa, Marlene Laureano olha o relógio:19h08. Quer chegar a tempo de trocar de roupa e pegar a última sessão do Cine Plaza, no centro. Próxima ao portão, ela abre a bolsa e procura o chaveiro com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, de quem é devota. Sobe as escadas do sobrado amarelo, passa pela varanda e ganha a sala onde mantém, na parede, o quadro com a foto dos avós maternos italianos, última lembrança de família (ARBEX, 2013, p. 247).

Junto da quebra do *lead*, aparece o caráter autoral do relato, outro item da categoria de análise. Esse conceito é estabelecido pela maneira com que a jornalista constrói sua narrativa e os elementos de linguagem que são utilizados (LIMA, 2017). Esse item se observa no capítulo, assim como nos demais, pela forma com que a autora conta a história e por não seguir o padrão do jornalismo convencional, que é o *lead*.

Outros três elementos da estrela de Pena (2016) aparecem logo em seguida, que são: potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano e proporcionar ao leitor uma ampla visão da realidade. Essas características, que de certa maneira andam juntas, são vistas no momento em que Arbex (2013) discorre sobre a vida de Marlene Laureano. Ao aprofundar os fatos, ela proporciona uma ampla visão da realidade. Ao trazer elementos que podem ser configurados como da vida pessoal e íntima de Marlene, como por exemplo sua fragilidade, a jornalista ultrapassa os limites do cotidiano. Por fim, ao se valer de uma narrativa literalizada e romanceada, ela flerta com os recursos do jornalismo. O exemplo disso segue no trecho abaixo:

Embora ainda more no bairro Santo Antônio, no mesmo terreno onde nasceu, o imóvel da infância foi demolido para a construção de outro maior e mais moderno. Ela também mudou. Os longos cabelos negros estão agora acima dos ombros, e fios brancos teimam em aparecer. Aparecem vincos na testa e próximos aos lábios e também pequenas rugas em volta dos olhos. Sente-se mais cansada, embora continue firme no projeto de fazer a sua primeira viagem ao exterior. O destino é a Itália, país dos seus antepassados, mais precisamente Parma, cidade de origem romana famosa por seus monumentos. Talvez ela compre apenas a passagem de ida, sem data para voltar a Barbacena (ARBEX, 2013, p. 247).

Os últimos quatro itens, dos nove que compõe a categoria de análise do jornalismo literário, são: compromisso social do jornalismo, evitar os “definidores primários (fontes oficiais), a perenidade (PENA, 2016) e a visão de mundo da jornalista (LIMA, 2017). Os definidores primários, a exemplo dos outros capítulos analisados, são excluídos. A jornalista vai em busca de contar as histórias das pessoas comuns, que participaram do massacre ocorrido no Colônia. Marlene e Izabel são os exemplos aqui citados porque aparecem no último capítulo.

O compromisso social do jornalismo, que se configura como o exercício da cidadania, vem ao encontro de uma categoria de análise do investigativo, que é a reflexão acerca das consequências do conteúdo jornalístico produzido. Bem como a categoria do investigativo, o

exercício da cidadania está presente no último capítulo, assim como em todo o livro-reportagem, pela imersão do conteúdo. O que antes era local, ou estadual, se tornou nacional. O Brasil sabe o que aconteceu nas dependências do Colônia a partir do material colhido por Arbex e transformado em livro. A visão de mundo de Arbex (2013) fica implícita a partir da contribuição do conteúdo à memória deste episódio da história. Memória que deve ficar viva para que ninguém se esqueça da tragédia, para que algo parecido não aconteça nos próximos anos. Em decorrência disso, justifica-se também a presença da perenidade. Ou seja, daqui a algumas décadas ou séculos, ainda será possível saber o que aconteceu na Barbacena do século XX através do que Arbex (2013) reportou.

7.5.Síntese da análise

Após analisar os capítulos do livro-reportagem “O Holocausto Brasileiro”, da jornalista Daniela Arbex (2013), a partir da proposta de compreender as relações estabelecidas entre o jornalismo literário/diversional e o jornalismo investigativo/interpretativo, percebeu-se a presença de ambos conceitos nos quatro capítulos. A proposta da pesquisadora foi analisar o jornalismo literário nos capítulos I e II e o jornalismo investigativo nos capítulos IV e XIV. Porém, a análise não pode se voltar apenas para um gênero com a exclusão do outro em um mesmo capítulo, uma vez notada a presença de ambos. E talvez aqui resida um dos pontos importantes de resposta à questão proposta desde o início desta pesquisa: muito mais do que a presença dos dois gêneros no texto, eles se relacionam. Um dá sustentação ao outro. O texto funciona porque há uma parceria entre literário e investigativo. O investigativo, como demonstram as tabelas abaixo, é mais sutil quando comparado com a presença do literário. Mas ele é o alicerce. Os pilares de sustentação do texto, uma vez que sem toda a investigação feita pela repórter, não haveria elementos ou informações para construir uma linguagem que confira jornalismo literário.

Jornalismo literário	Capítulo I O pavilhão Afonso Pena	Capítulo II Na roda da loucura	Capítulo IV A venda de cadáveres	Capítulo XIV A herança do Colônia
Potencializar os recursos do jornalismo	4	3	1	1
Ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano	4	3	1	1
Proporcionar ao leitor uma ampla visão da realidade	3	3	1	1
Compromisso social do jornalismo	1	1	1	1
Quebrar o <i>lead</i>	1	1	1	1
Evitar os definidores primários	5	2		1
Perenidade	1	1	1	1
Caráter autoral do conteúdo	1	1	1	1
Visão de mundo do jornalista	1	1	1	1
Total	21	19	9	9

Tabela 1 - características do jornalismo literário presentes nos 4 capítulos analisados

Jornalismo investigativo	Capítulo I O pavilhão Afonso Pena	Capítulo II Na roda da loucura	Capítulo IV A venda de cadáveres	Capítulo XIV A herança do Colônia
Associar vários fatos que têm em comum o mesmo tempo e espaço	1	1	1	2
Identificar a valorização do ser humano na reportagem	1	3	2	3
Mesclar informação jornalística e conhecimento científico	1	0	1	0
Promover questionamentos	1	1	1	1
A investigação deve ter sido feita pelo repórter	1	1	1	1
Frieza, objetividade e precisão	1	1	1	1
Apurar e cruzar informações	1	1	1	1
Total	7	8	8	9

Tabela 2 – características do jornalismo investigativo nos quatro capítulos analisados

Dentro do universo de características da categoria de análise do jornalismo literário todos os nove itens, tanto os de Pena (2016) quanto os de Lima (2017) apareceram. Alguns itens, como potencializar os recursos do jornalismo; ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano; quebrar o lead; e evitar os definidores primários, aparecem de forma mais sistêmica. É possível notá-los em diversos trechos do conteúdo. Outros, como proporcionar ao leitor uma ampla visão da realidade; verificar o compromisso social do jornalismo: exercício da cidadania, perenidade; caráter autoral do relato; e identificar a visão de mundo do repórter, aparecem uma vez de maneira mais incorpórea, ou seja, são elementos que estão presentes no livro-reportagem, mas que dizem respeito ao universo da história contada e ao contexto sociocultural.

No segundo grupo de categorias de análise, do jornalismo investigativo, composta pela pesquisadora a partir da revisão bibliográfica, as definições dos autores Medina e Leandro (COSTA e LUCHT, 2010), Pena (2015), Nascimento (2010), e Sequeira (2005) aparecem em sua totalidade. Assim como na categoria acima, alguns elementos são percebidos de maneira mais sistêmica, que são: associar vários fatos que têm em comum o mesmo tempo e espaço; identificar a valorização do ser humano na reportagem; mesclar informação jornalística e conhecimento científico; e apurar e cruzar informações (dados, entrevistas e pesquisas). Outros aparecem de maneira mais abrangente e não são identificados a partir de trechos, mas do universo da narrativa como um todo, que são: promover questionamentos acerca das consequências do conteúdo jornalístico produzido; e a investigação deve ter sido feita pelo repórter e não por terceiros. Por último, uma das características que compõe a categoria de análise, que foi proposta por Fortes (2005), no seu “passo a passo”, que é o conceito de “frieza, objetividade e precisão”, não aparece em nem um dos capítulos acima analisados. Entende-se que essa classificação não foi encontrada, pois ela confronta outras características próprias do jornalismo literário que acabam flertando com o envolvimento do repórter na história contada e por isso não foi compatível.

Constatou-se, portanto, que existe uma confluência entre os gêneros investigativo e literário no livro-reportagem “O Holocausto Brasileiro”, de Daniela Arbex (2013), de modo que a presença de um gênero não exclui o outro. Compreendeu-se, a partir do objetivo de estudar a relação entre os gêneros, que esse diálogo estabelecido entre investigativo e literário foi essencial para o conteúdo final, que se apresenta no livro. O investigativo foi necessário pela pesquisa de campo e pela persistência de Arbex na apuração das informações. Já o literário é fundamental pela sensibilidade que denota no texto, estreitando laços e criando uma empatia, com os personagens, no leitor. Engavetar gêneros, ou entender que um exclui o outro, é um paradigma antigo, já presente nos estudos de Chaparro (2008) e Melo (1985), que talvez não seja condizente com a produção textual no século XXI e seu contexto social. Entender essa convergência é essencial para avançarmos na criação de conhecimento científico.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contar uma história é algo muito particular. Nem todo jornalista tem fôlego para escrever uma reportagem literária. A partir do conceito de caráter autoral, proposto por Lima (2017), presente na categoria de análise do jornalismo literário, é possível constatar tal afirmação. A maneira como Arbex (2013) mergulha nos personagens, em suas lembranças, memórias e tragédias é algo que só ela poderia ter feito. Outro repórter o faria de maneira diferente. Jornalismo literário é a especificidade do repórter. A análise dos quatro capítulos propostos nesta pesquisa constatou a presença do jornalismo literário em “O Holocausto Brasileiro”.

Para conseguir contar essa história com uma linguagem literária, a autora precisou de um pilar de sustentação: o jornalismo investigativo. Este gênero não é vultoso como o literário, mas é fundamental. Sem uma investigação e uma apuração como a que foi feita, não haveria o que se contar. Se os personagens não tivessem sido descobertos por Arbex, e explorados da maneira que foram, o livro-reportagem não sairia como está hoje. É importante constatar que além do caráter autoral do literário, há a particularidade do repórter em executar o jornalismo investigativo.

Neste ponto da particularidade é que os dois gêneros conversam e transcendem. Aqui está a resposta para o objetivo proposto neste trabalho, que foi de compreender as relações de gêneros entre o jornalismo literário (ou diversional) e o investigativo (ou interpretativo) no livro-reportagem “O Holocausto Brasileiro”: a confluência dos gêneros. Um aparece mais do que o outro, de modo que a minha análise constatou mais características de jornalismo literário do que de jornalismo investigativo, o que não necessariamente excluí o segundo, mas agrega. O jornalismo investigativo está presente, mas é sutil. Ele funciona como o pilar de sustentação do livro. Enquanto isso, o jornalismo literário é onipresente.

É importante salientar, ainda, que encontrei como resultado a confluência entre jornalismo investigativo e literário, a partir da revisão bibliográfica que incluiu Pena (2016), Lima (2017), Medina e Leandro (apud COSTA E LEANDRO, 2010), Nascimento (2010), Fortes (2005) e Sequeira (2005). Talvez, se as categorias de análise tivessem os pilares estruturados em outros autores, ainda se a amostragem escolhesse outros capítulos, o resultado da pesquisa poderia ter sido diferente.

Esmiuçar os capítulos na fase da análise trouxe uma contribuição para minha formação que talvez não fosse possível de outra forma. Compreendi o esforço da jornalista Daniela Arbex (2013) em busca do exercício da cidadania. A energia que move jornalistas em um trabalho árduo de investigação e apuração é, sem sombra de dúvidas, a paixão pelas histórias que são contadas, o sentimento de empatia pelos personagens e o senso de justiça. Essas histórias, de pessoas que tiveram sua dignidade arrancada em um contexto bárbaro, não podem ser esquecidas da memória coletiva brasileira. Elas devem ser debatidas em sociedade para que outras histórias parecidas não sejam contadas no futuro. Aqui se percebe a importância de um jornalista.

Por último, ao realizar a análise desta pesquisa, outra dúvida surgiu. A convergência do jornalismo literário – caracterizado, entre outras coisas, pela presença inestimável do ser humano e pelos elementos de linguagem que proporcionam uma experiência de leitura diferenciada – com o investigativo – que se entende como o resultado de uma incansável busca atrás de fatos que esclareçam ou tragam à tona um conteúdo que um grupo busca esconder – em um livro-reportagem é visceral. A exemplo do que fez Arbex (2013), do que adiantaria elementos literários, a potencialização dos recursos jornalísticos, a valorização do ser humano, entre outras características, se não houvesse uma investigação? A história de quem seria contada? Os dados, como o número de mortes, viriam à público? Se imaginaria que as pessoas, depois de mortas, eram transformadas em produto e comercializadas? E talvez, o problema que poderia dar origem a outra pesquisa é se seria possível fazer jornalismo literário sem investigação. Identificado um novo problema, acredito que os objetivos pessoais, de apresentar um conteúdo relevante dentro do campo do conhecimento científico e que possa contribuir para o aprendizado acadêmico, foram alcançados.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, Daniela. *O Holocausto Brasileiro*. São Paulo. Geração Editorial. 2013.
- ASSIS, Francisco de. *Gênero Diversional*. In: ASSIS, Francisco de; DE MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo. 2010.
- ASSIS, Francisco de. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. 2010. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21_2.pdf> Acesso em: 16/03/2017.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo. Edições 70. 2016.
- BECCARI, Caroline; Lopes, Caroline. *Entrevista com Daniela Arbex*. Revista ComArte. Disponível em: <<http://nexjor.com.br/comarte/entrevista-com-daniela-arbex/>>. Acesso em: 26/03/2017.
- BELO, Eduardo. Livro-reportagem. São Paulo. Contexto. 2006.
- BORGES, Rogério. *Jornalismo Literário: teoria e análise*. Florianópolis. Insular. 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em: 04/06/2017.
- BRUM, Eliane. *Os loucos, os normais e o Estado*. Revista Época. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2013/06/os-loucos-os-normais-e-o-estado.html>>. Acesso em: 26/03/2017.
- BRUM, Eliane. *Os loucos somos nós*. In: ARBEX, Daniela. *O Holocausto Brasileiro*. São Paulo. Geração Editorial. 2013.
- BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e Literatura em convergência*. São Paulo. Ática. 2007.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar*. São Paulo. Summus. 2008.
- CAPOTE, Truman. *A sangue frio*. São Paulo. Companhia das Letras. 2003.
- COSSON, Rildo. *Fronteiras Contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2007.
- COSTA, Lailton Alves da. *Gêneros jornalísticos*. In: ASSIS, Francisco de; MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo. 2010.
- COSTA, Lailton Alves da; LUCHT, Janine M. P. *Gênero Interpretativo*. In: ASSIS, Francisco de; MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo. 2010.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo. Summus. 1986.
- DOLCE, Júlia. *Hospital Colônia foi símbolo de higienismo, diz diretora de "Holocausto Brasileiro"*. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/11/24/diretora-de-holocausto-brasileiro-fala-sobre-processo-de-producao-do-documentario/>>. Acesso em: 26/03/2017.

DOWNIE JR, Leonard. *Forty years after Watergate, investigative journalism is at risk*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/forty-years-after-watergate-investigative-journalism-is-at-risk/2012/06/07/gJQArTzllV_story.html?utm_term=.ed57b6d317d0>. Acesso em: 29/03/2017.

ERBOLATO, Márcio L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo. Editora Ática S.A. 1991.

FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo. Contexto. 2005.

HERSCOVITZ, HeloizaGolbspan. *Análise de conteúdo em jornalismo*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis. Vozes. 2010.

HOLOCAUSTO Brasileiro, O. Direção: Arbex, D. Mendz, Armando. Produção: HBO. Brasil. 2016.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2002.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas. Editora da UNICAMP. 1995.

LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem*. São Paulo. Brasiliense. 1993.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Memória do Futuro: Jornalismo Literário Avançado no Século XXI*.

Disponível em: <<http://www.edvaldopereiralima.com.br/index.php/jornalismo-literario/artigos/212-memoria-do-futuro-jornalismo-literario-avancado-no-seculo-xxi>>.

Acesso em: 21/05/2017.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. *Gêneros jornalísticos: repensando a questão*. Disponível em: <<http://www.thaisabueno.com.br/wp-content/uploads/2016/01/01-textonovogenero-1.pdf>>. Acesso em: 26/03/2017.

MELO, José Marques de. *Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos: raízes profundas*. In: MELO, José Marques de; LAURINDO, Roseméri; DE ASSIS, Francisco (Org.). *Gêneros Jornalísticos: Teoria e Práxis*. 1. ed. Blumenau, SC: Edifurb, 2012. cap. 1, p. 21-26. v. 1.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis. Vozes. 1994.

MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro*. In: ASSIS, Francisco de; MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo. 2010.

MELO, José Marques de. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo. Paulus. 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Entenda o caso*. Disponível em:

<<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 03/06/2017.

NASCIMENTO, Solano. *Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo de investigação no Brasil*. Porto Alegre. Arquipélago Editorial Ltda. 2010.

NECCHI, Vitor. *A (im)pertinência da denominação “jornalismo literário”*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0527-1.pdf>. Acesso em: 24/04/2017.

O NACIONAL. *Passo Fundo se despede de mais uma Feira do Livro*. Jornal O Nacional. Disponível em: <http://onacional.com.br/geral/cidade/73666/passo+fundo+se+despede+de+mais+uma+feira+do+livro>>. Acesso em: 26/03/2017.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo. Contexto. 2015.

PENA, Felipe. *Jornalismo Literário*. São Paulo. Contexto. 2016.

SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã. LabCom Books. 2009. Disponível em: http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110818-seixas_classificacao_2009.pdf. Acesso em: 20/09/2016.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo. Summus. 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. *Tobias Peucer: Progenitor da Teoria do Jornalismo*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-tobias-peucer.pdf>>. Acesso em: 11/04/2017.

TALESE, Gay. *Fama e anonimato*. São Paulo. Companhia das Letras. 2004.

THE WASHINGTON POST. *Watergate*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/watergate/>>. Acesso em: 29/03/2017.